



Relatório da
IV Conferência Nacional da Sociedade Civil
(CNSC)

Huambo 16 – 17 Novembro de 2010

Índice

I.	Sumário Executivo.....	3
II.	Introdução.....	5
	A. Objectivos do relatório.....	5
	B. Objectivos da Conferência.....	5
	C. Ligações com as conferências precedentes e evoluções	6
III.	Comunicação e organização ao longo do processo	7
	A. Relação com os doadores	7
	B. O Website da Conferência.....	8
IV.	As conferências municipais e provinciais.....	11
V.	A Conferência nacional	13
	A. Abertura	13
	B. Sessões de reflexão sobre as Conferências da Sociedade Civil.....	15
	1. Considerações gerais sobre a sociedade civil	15
	2. Considerações sobre a conferência nacional da sociedade civil.....	16
	C. Sessões temáticas.....	25
	D. Preparação da V CNSC	45
	E. Conclusões e recomendações finais	45
	1. Temáticas	45
	2. Organizacionais.....	46
	F. Análise das conclusões e recomendações em relação às conferências precedentes	47
	G. Eventos Culturais e de Solidariedade.....	48
	H. Encerramento.....	51
VI.	Anexos	53
	A. Programa da conferência.....	53
	B. Homenagem ao Sr. Abílio Xavier	55
	C. Resumo do relatório financeiro.....	56
	D. Conclusões e recomendações das conferências provinciais.....	58
	E. Lista de presença.....	79

I. Sumário Executivo

A IV Conferência Nacional da Sociedade Civil (CNSC) teve lugar no Instituto Médio Agrário do Huambo, nos dias 16 e 17 de Novembro de 2010 e decorreu, tal como nos anos anteriores, sob o tema geral “Construir Unidade na Diversidade”, tendo este ano como subtema “Consolidando o movimento cidadão em Angola”. Uma das características da organização deste ano foi o facto de várias províncias demonstrarem cada vez mais autonomia na organização das conferências provinciais e municipais e em relação ao grupo de coordenação nacional. A IV CNSC teve só a duração de dois dias, ou seja menos um que as Conferências passadas. Estima-se que tenham participado no evento cerca de 150 pessoas

Tendo como subtema a consolidação do movimento cidadão, reforçou-se a ideia da necessidade da participação dos cidadãos nas múltiplas questões da vida em sociedade, e o desejo que essa participação se transforme num movimento, pois como referiu D. José Queiroz, Arcebispo do Huambo no discurso de abertura da Conferência “... não pode haver uma sociedade saudável se unicamente os governantes intervêm na causa Pública”.

A IV Conferência dedicou as suas sessões iniciais ao debate sobre o funcionamento das Conferências, o balanço do cumprimento das decisões tomadas na III CNSC e a tomar conhecimento das reflexões e recomendações das conferências locais, demonstrando assim a importância de concretizar as recomendações das conferências passadas, tirar lições do processo de implementação, mas igualmente ter em conta as contribuições das 26 conferências municipais e 15 provinciais. O website criado durante a conferência passada, continuou activa e registou a vista de 3.314 pessoas em 43 países, apesar de se reconhecer que as coordenações das conferência nacional e provinciais não se apropriaram devidamente deste instrumento.

Mantiveram-se nesta Conferência os temas tratados na III CNSC, por terem sido considerados como os mais relevantes para a SC Angolana. Assim, tratou-se o tema *terra* alargando o seu âmbito às questões urbanísticas, o tema *descentralização e participação*, que manteve a sua abordagem, mas tratando outras experiências. O âmbito do tema *OGE*, foi igualmente alargado para incluir a gestão de recursos públicos.

As conclusões e recomendações finais da IV CNSC foram divididas em temáticas e organizacionais. No que concerne às primeiras concluiu-se com preocupação, a falta de participação dos cidadãos na questão das reservas fundiárias e a muita baixa percentagem de pedidos de legalização de terrenos a que as autoridades dão resposta. Foi positivo o maior engajamento das OSC nas questões do direito à *terra* e recomendou-se um maior envolvimento das administrações municipais e comunais na tomada de decisões sobre esta problemática. Já em relação à descentralização, registou-se com agrado uma melhor articulação dos governos provinciais com as OSC, lamentou-se o atraso no Censos e foram recomendadas a participação, a transparência, a capacitação e a prestação de contas como princípios a serem

seguidos nesta temática, para além de se ter defendido a realização de eleições para os representantes locais. Defendeu-se ainda, relativamente ao OGE, que haja uma capacitação de todos os envolvidos, que o orçamento seja participativo, haja monitoria da sua execução e que as mulheres sejam envolvidas neste processo.

Quanto às questões organizacionais da SC, concluiu-se que é necessário melhorar a área de planeamento, que deve haver trabalho concreto da conferência ao nível dos municípios e comunas e que os espaços de diálogo abertos nem sempre são aproveitados pelas OSC. Recomendou-se que haja uma afirmação de apartidarismo e independência por parte da SC, que a circulação de informação entre os vários níveis melhore e que se influencie, monitor e avalie as políticas públicas. Por último decidiu-se que as Conferências continuem a ser anuais e realizadas em espaços que permitam livre circulação de opiniões por parte dos participantes.

Uma análise das conclusões e recomendações da IV Conferência em relação às anteriores, permite constatar que os debates são muito menos virados para as OSC e mais para os problemas que a sociedade enfrenta. Houve uma grande unanimidade em reconhecer as nossas limitações enquanto grupo, para monitorar as conclusões e recomendações saídas das conferências. Espera-se que a decisão explícita de atribuir a responsabilidade da monitoria aos grupos de coordenação nacional e provinciais, permita um salto qualitativo nesta área.

O presente relatório divide-se em cinco capítulos e cinco anexos. O sumário executivo corresponde ao primeiro capítulo, apresentando o segundo capítulo os objectivos do relatório, da conferência e as ligações entre eles. A relação com os doadores e o website da Conferência, fazem parte do terceiro capítulo, sendo que o quarto capítulo faz o resumo das conferências provinciais e municipais. Por último, o quinto capítulo, descreve o ocorrido nas várias sessões da IV CNSC, nomeadamente as sessões de abertura e encerramento, as sessões de reflexão e temáticas, as conclusões e recomendações e os eventos culturais e de solidariedade.

Constam dos anexos, o programa da Conferência, uma homenagem ao Abílio Xavier, o resumo dos relatórios financeiros, as conclusões e recomendações das conferências provinciais e a lista de presenças.

II. Introdução

A. Objectivos do relatório

Quando começou em 2007, a Conferência Nacional da Sociedade Civil (CNSC) consistia num evento de três dias, em Luanda, reunindo representantes da sociedade civil de todo o país. Em 2010, a CNSC foi um processo que incluiu a realização de ?? conferências municipais e 15 provinciais. Pela segunda vez, o evento nacional, que culminou o processo, teve lugar numa província.

Neste quadro, o presente relatório pretende apresentar não só a conferência a nível nacional, mas também os resultados dos eventos realizados a nível provincial e municipal. Pretende igualmente oferecer algumas análises da evolução do processo da conferência, em termos de número de eventos, participantes, assim como de temas, conclusões e recomendações.

B. Objectivos da Conferência

Objectivo Geral:

Contribuir para o fortalecimento da sociedade civil Angolana de forma a torna-la mais capacitada e actuante no processo do desenvolvimento sócio-económico e sustentável do país.

Objectivos específicos:

- Identificar posições comuns sobre temas de alta relevância no contexto de desenvolvimento actual que possam contribuir para a construção de uma sociedade democrática e pluralista.
- Melhorar a aproximação e o diálogo entre as Organizações da Sociedade Civil e o Governo, reforçando o papel monitorador e participante da Sociedade Civil nas políticas públicas em vigor no nosso País.
- Reforçar a capacidade de intervenção e influência dos fóruns de desenvolvimento Municipal e dos Conselhos de Auscultação e Concertação Social nos diferentes espaços de participação e decisão política.
- Melhorar os mecanismos de coordenação entre as organizações da Sociedade Civil e o trabalho em rede desenvolvido pelas mesmas em todo o país.

Resultados Esperados:

- Reforçar a articulação e coordenação da sociedade civil;
- Reforçar a representatividade e legitimidade das OSC nos espaços de auscultação e concertação social e na definição de políticas públicas.
- Reforçar a ligação entre as organizações da SC e o governo, seja a nível central, provincial ou local;

- Criar um mecanismo que assegure o secretariado, a coordenação nacional, a comunicação e informação;
- Monitor a implementação das recomendações das conferências nacionais anteriores de modo a garantir a dinâmica das discussões e debates a nível do país.

C. Ligações com as conferências precedentes e evoluções

O lema geral da Conferência Nacional da Sociedade Civil tem sido o mesmo, ou seja “Construindo Unidade na Diversidade”, mas os temas específicos mudam todos os anos. A I CNSC tinha incidido sobre a identidade da sociedade civil angolana e as suas relações com as instituições do Estado. Na II CNSC, o tema central foi “Sociedade civil angolana: veículo democrático de participação pública”. A III CNSC focalizou sobre “Descentralização e democracia participativa”, incluindo especificamente subtemas como eleições, Orçamento Geral do Estado (OGE) e processo constituinte, para além dos temas terra e HIV-SIDA, a fim de responder às preocupações que mais vezes foram levantadas nas conferências locais.

A IV CNSC escolheu como subtema “Consolidando o movimento cidadão em Angola”, estudando em vários dos temas já tratados noutras conferências, a participação crescente da sociedade civil angolana nos mesmos, i.e. nas questões de defesa do direito à terra e à habitação, de participação nos órgãos locais de governação, e de advocacia no processo orçamental e de gestão dos recursos públicos.

Em termos de coordenação, o processo da I CNSC foi liderado pelo FONGA que, mais tarde, decidiu retirar-se do processo. A II CNSC foi liderada por um grupo de organizações de Luanda, nomeadamente CDPA, WorldLearning, ADRA e PAANE (como doador e facilitador). No fim da mesma, Benguela viu aprovada a sua candidatura para albergar a III CNSC e o processo foi liderado pela ADRA Antena Benguela. O grupo de coordenação contou ainda com a participação do NRA, Bismas das Acácias, IECA, Mãos Livres, AEA, PROMAICA, LARDEF, Omunga e Twayovoka.

Esta IV conferência foi organizada por um grupo de organizações do Huambo, liderada pela DW-Huambo, em colaboração com a ADRA Antena Huambo e a IECA. É de notar que várias províncias se tornam mais autónomas a cada ano que passa, e conseguem não só organizar sistematicamente conferências municipais e provinciais, mas também o fazem sem precisar de apoio do grupo de coordenação nacional. É especialmente o caso de Malanje que organizou, com fundos angariados localmente da IEPALA, as suas conferências em 2010. O grupo de Malanje utilizou este sucesso como argumento central da sua candidatura para acolher a V CNSC, tendo conseguido ganhar a eleição.

III. Comunicação e organização ao longo do processo

A. Relação com os doadores

Apesar de após a III CNSC, os doadores terem aconselhado os organizadores a entregarem com antecedência os pedidos de financiamento das várias conferências e outras propostas, tal não veio a acontecer desta forma. A morosidade na entrega do relatório financeira consolidado da III CNSC contribuiu também para os atrasos no recebimento de fundos. Já numa nota mais positiva, é de referir que várias províncias conseguiram apoios graças às relações contínuas que têm com certos doadores. Foi esse o caso do Bengo que conseguiu realizar uma conferência provincial pela primeira vez, graças ao apoio da Trocaire, ou o Uíge que realizou a sua com apoio do PAANE.

Como sublinhado anteriormente, Malanje conseguiu realizar as conferências municipais e a provincial sem financiamentos adicionais aos que as organizações locais já têm para os seus projectos. É ainda de notar que a APDCH, uma rede de organizações do Cazenga, em Luanda, apoiou a realização da conferência do Uíge dentro do projecto Rede Norte financiado pela União Europeia. A nível das conferências municipais e provinciais, eis os doadores que estiveram envolvidos:

Doador	Províncias apoiadas	Nacional
EU/PAANE	Luanda	x
IBIS	Kuanza Sul e Luanda	x
Visão Mundial, IMVS, ADRA Huambo, LARDEF, DW Huambo	Huambo	x
CORDAID	Moxíco	x
Embaixada da Holanda		x
Embaixada da Noruega		x
IEPALA	Huambo, Bié e Malange	x
ADRA	Huíla e Benguela	
CRS	(Cunene, mas a conferência não teve lugar)	
DW	Luanda	x

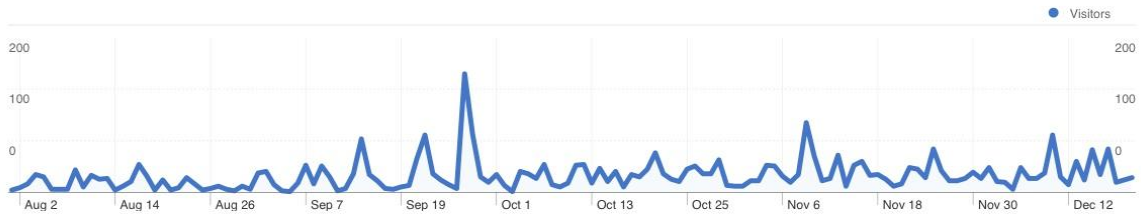
Doador	Províncias apoiadas	Nacional
APDCH	Uíge	
Cooperação Espanhola		x
TROCAIRE	Zaire e Bengo	x

Para mais informação financeira e repartição dos custos entre os vários doadores, ver Anexo C.

B. O Website da Conferência

Em 2009, o grupo da III CNSC criou um blog para facilitar a troca de ideias, artigos e notícias relevantes para a sociedade civil angolana. Foi também realizada uma formação online para as pessoas interessadas em usar o blogue que não sabiam como o fazer. Depois da realização da III CNSC em Benguela, os grupos organizadores ficaram no dilema entre mudar o endereço do blog para evitar o anacronismo constituído pela referência ao ano 2009 no mesmo, e o risco de perder a audiência das pessoas que já conheciam e usavam este endereço. Foi decidido manter o mesmo endereço: <http://cns2009forum.bligoo.com>, mudando apenas o título da página principal.

Os membros da OSCs em Angola têm ainda pouco acesso e hábito de utilizar a internet, e ainda menos os blogs, para trocar ideias, fazer comentários, anunciar eventos, publicar artigos ou tomar posições, apesar dos esforços feitos pelos administradores do blog no sentido de incentivar essa utilização. Falta também aos vários grupos de coordenação das conferências, quer nacional quer provinciais, apropriarem-se melhor deste instrumento. No entanto, alguns milhares de pessoas já visitaram o blog, como se demonstra pelas estatísticas e mapa seguintes:




2,838 people visited this site

 **3,314** Visits

 **2,838** Absolute Unique Visitors

 **5,161** Pageviews

 **1.56** Average Pageviews

 **00:01:37** Time on Site

 **88.47%** Bounce Rate

 **85.21%** New Visits



3,314 visits came from 43 countries/territories

Site Usage						
Visits	Pages/Visit	Avg. Time on Site		% New Visits	Bounce Rate	
3,314	1.56	00:01:37		85.21%	88.47%	
% of Site Total: 100.00%	Site Avg: 1.56 (0.00%)	Site Avg: 00:01:37 (0.00%)		Site Avg: 85.21% (0.00%)	Site Avg: 88.47% (0.00%)	
Country/Territory	Visits	Pages/Visit	Avg. Time on Site	% New Visits	Bounce Rate	
Angola	1,588	1.86	00:02:48	75.82%	82.87%	
Brazil	826	1.14	00:00:24	95.40%	96.00%	
Portugal	270	1.19	00:00:26	97.41%	95.19%	
Poland	91	1.00	00:00:00	98.90%	100.00%	
Kenya	85	1.99	00:01:57	87.06%	87.06%	
United Kingdom	76	1.04	00:00:00	96.05%	97.37%	
Netherlands	57	1.05	00:00:07	96.49%	98.25%	
Israel	51	2.02	00:01:00	96.08%	94.12%	
United States	47	1.23	00:00:21	97.87%	89.36%	

IV. As conferências municipais e provinciais

No fim da II CNSC foi promovida a ideia de alargar cada vez mais a base de participação no processo das conferências. Assim, em 2009, tiveram lugar 33 conferências municipais, incluindo as três intermunicipais de Luanda, e 13 conferências provinciais, incluindo uma interprovincial. Já em 2010, foram realizadas 26 conferências municipais, incluindo 3 intermunicipais em Luanda, e 15 provinciais. É de notar que houve alteração nas províncias que não realizaram as Conferências, pois em 2009 tinham sido Bengo, Cabinda, Uíge e Malanje, enquanto em 2010, foram Benguela, Cunene e Lunda Norte.

Eis uma tabela recapitulativa das conferências que foram realizadas ao longo dos três últimos anos. Não foi considerado o ano de 2007, uma vez que nesse ano foi realizado apenas o evento a nível nacional.

Província	2008	2009		2010	
		Cf.Prov.	Cf.Munic.	Cf.Prov.	Cf.Munic.
Bengo	0	0	(0)	1	
Benguela	1	1	(4) Balombo, Caimbambo-Chongoroi, Cubal, Baia-Farta	0	(3) Cubal, Ganda, Baia-Farta
Bié	1	1	(2) Andulo, Camacupa	1	(3) Andulo, Nharea, Chitembo
Cabinda	1	0	(0)	1	(1) Cacongo
Cunene	1	1	(0)	0	(0)
Huambo	1	1	(4) Chicala-Chiluanda, Caála, Bailundo, Longonjo	1	(5) Chicala-Chiluanda, Caála, Bailundo, Longonjo, Ekunha
Huíla	1	1	(4) Kaluquembe, Gambos, Humpata, Caconda	1	(4) Kaluquembe, Gambos, Humpata, Cacula
Kuanza-Norte	1	1	(4) Golungo Alto, Samba Caju, Kiculungo, Cazengo	1	
Kuanza-Sul	1	1	(4) Mussende, Porto Ambouim, Conda, Cela	1	
Kuando-Kubango	1	1	(0)	1	(0)
Luanda	1	1	(3 intermunicipais)	1	(5) Cazenga-Sambizanga-Rangel, Maianga-Ingombota-Samba, Cacucaco, Kilamba-

					Kiaxi, Viana
Lunda Norte	1	1	(2) Cambulo, Chitato	0	
Lunda Sul	1		(0)	1	
Malanje	1	0	(3) Quela, Calandula, Cacuso	1	(2) Malanje, Kangandala
Moxíco	1	1	(0)	1	
Namibe	1	1	(2) Bibala, Tombwa	1	
Uíge	1	0	(0)	1	
Zaire	0	1	(1) M'Banza-Congo	1	(3) M'Banza-Congo, Soyo, Kuimba
Total	16	13 abrangendo 14	33 abrangendo 39	15	26 Abrangend 30

Em anexo D é apresentado um resumo dos temas abordados em cada conferência, assim como as suas principais conclusões e recomendações, por tema. É de notar que certos temas foram tratados sem que tenha havido conclusões nem recomendações correspondentes, enquanto outros, como terras, descentralização ou crianças, tiveram várias conclusões e recomendações provenientes de diversas províncias.

Eis algumas fotos das delegações provinciais quando se apresentaram no início da plenária da conferência nacional:



V. A Conferência nacional

A sessão plenária da IV Conferência Nacional da Sociedade Civil teve lugar nos 16 e 17 de Novembro de 2010, na cidade do Huambo. Foi decidido começar com uma sessão sobre a dinâmica da sociedade civil angolana e o processo da conferência, antes de os participantes se concentrarem nos temas. Na primeira sessão de trabalho em grupo, foi dado um tempo aos delegados provinciais, para apresentarem uns aos outros as conclusões e recomendações das conferências provinciais.

Os temas das sessões seguintes já tinham sido tratados na III CNSC, mas foram ainda considerados como os mais relevantes a serem tratados na IV CNSC. Contudo, o ângulo de abordagem dos temas, foi um pouco diferente. O tema terra foi ampliado para incluir as questões urbanísticas. O tema da descentralização e participação, teve uma abordagem bastante similar mas foram tratadas outras experiências de participação a nível local, bem como o exemplo da participação de OSCs na estratégia nacional de segurança alimentar. Finalmente, o tema do OGE foi estendido à gestão dos recursos públicos. O facto de os temas se terem repetido, permitiu reflectir mais sobre o que mudou ao longo do ano, o que se fez e, conseqüentemente, quais mudanças que esta evolução exige em termos das recomendações. Esta reflexão teve lugar no trabalho em grupos sobre o 1º tema,

Esta parte do relatório apresenta todos os discursos, palestras, debates e trabalhos realizados, mas também as conclusões e recomendações, para além de uma análise das mesmas e outras actividades decorridas ao longo da sessão plenária da IV CNSC, de acordo com o seguinte plano: A. Abertura; B. Sessões de reflexão sobre as conferências da sociedade civil; C. Sessões temáticas; D. Preparação da V CNSC; E. Conclusões e recomendações; F. Análise das mesmas em relação às precedentes; G. Eventos culturais e de solidariedade; H. Encerramento.

A. Abertura

A mesa de abertura da IV CNSC foi presidida por Dom José de Queirós Alves, Arcebispo do Huambo, e contou com a presença do Eng. José Marcelino, Administrador Municipal do Huambo, do Sr. Pacheco Ilinga, Coordenador do grupo da IV CNSC, e do Sr. Inácio Gil Tomas, Coordenador do grupo da III CNSC.

Discurso de Abertura, Dom José de Queirós Alves, Arcebispo do Huambo

“Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Este encontro de estudo e análise da sociedade civil vem certamente ao encontro de uma das importantes áreas da intervenção social, a da sociedade civil. Não pode haver uma sociedade saudável se unicamente os governantes intervêm na causa Pública.

O desenvolvimento verdadeiro de um país, nos nossos dias, exige que todos os cidadãos e todas as forças das áreas sociais, Religiosas, Políticas, e comerciais, etc., interajam no funcionamento da sociedade. A intervenção do cidadão completa e

concretiza a acção do governo e fá-lo mais abrangente e adaptada aos reais interesses da população.

O país encontra-se numa situação muito importante. Está a lançar novas linhas e orientações no desenvolvimento social. É importante que estas linhas sejam justas, e pois isso garante ao país estabilidade e bem-estar. Devem ser universais e aplicáveis a todos os grupos da sociedade.

O bem comum dos habitantes do país tem de ser o objectivo de todas as orientações. Devem estar adequadas às reais necessidades da população e integram-se no nível de desenvolvimento concreta do homem e da mulher angolana. Será bom que respeitem a índole cultural do país e sejam um verdadeiro crescimento.

Respeitando a alma da nação angolana, de modo a que seja um passo em frente do verdadeiro homem africano, e não um crescimento estranho que só vai criar distorções e desequilíbrios no autêntico desenvolvimento.

Um dos bens importantes que está em desenvolvimento é a terra. A terra em si é do povo e o verdadeiro dono da terra é o povo. Por isso o bem-estar comum exige que este bem e dom seja gerido com sabedoria, articulando os aspectos públicos e privados, respeitando a sua evolução natural, de modo que seja o dom de todos os que hoje a habitam e a habitarão no futuro.

Por isso uma aplicação justa e recta da lei das terras é sumamente importante para a tranquilidade e real desenvolvimento da angolana de amanhã. A Angola de hoje necessita, mais do que nunca, a intervenção da sociedade civil.

Em razão da maioria acentuada do partido, hoje no poder, que lhe foi dada nas urnas, cria-se uma situação muito concreta. Uma maioria muito acentuada, se dá facilidade a uma acção mais célere e reformadora, tem escondido importantes perigos.

O próprio poder tem, hoje, de exercer as funções de governo e de maior controlo que seria campo da oposição, uma vez que esta, em democracia, tem uma função insubstituível de controlo e de iluminação de lacunas no desenvolvimento da governação, que faz da oposição um necessário complemento a um justo e eficaz desempenho desta mesma.

Uma oposição reduzida numericamente está chamada, por seu turno, a uma acção mais intensa. Um governo que queira governar recta e eficazmente tem, nestas circunstâncias, de realizar um esforço muito maior para colmatar esta ausência de uma oposição significativa, natural em democracia.

Intervenção activa e iluminação da sociedade civil pode ter um papel importante, iluminador complementar no desempenho da acção da vida social. E isto não só no campo de execução mas também da planificação e da descoberta das novas vias do futuro.

Um país de futuro é aquele que tem associações fortes e rectas, as igrejas têm, com a sua acção espiritual uma palavra de regulamentação e orientação da dimensão ética e moral da sociedade; uma iluminação com qualidade das ideias da sociedade e uma acção pacificadora no agir dos cidadãos; uma intervenção na área social e caritativa dos irmãos.

Ao lado dela todas as outras associações cívicas devem defender o bem do cidadão nas diferentes áreas e ajudar os governos a estar perto das reais inquietações do homem e da mulher real. É importante a qualidade destas mesmas para que busquem o verdadeiro bem do homem e da mulher.

Desejo que este encontro ajude Angola a tornar-se mais rica de ideias. Mais interventiva e completar e ajude a sociedade a comprometer-se mais fortemente no próprio desenvolvimento do País.”

B. Sessões de reflexão sobre as Conferências da Sociedade Civil

1º Tema: O Funcionamento das CNSC

Síntese da intervenção de Cesaltina Abreu:

A sociedade civil: quem somos, o que nos une, os nossos objectivos e como podemos organizar-nos?



1. Considerações gerais sobre a sociedade civil

O contraste entre o progresso político e económico de uma pequena porção da sociedade angolana e a pobreza e a exclusão da grande maioria da população, tem incitado à união de esforços, capacidades e talentos em organizações cívicas, comunitárias, residenciais, culturais, profissionais, ou outras. As pessoas são unidas pela vontade de estender a cidadania num esforço pela democratização do país, e pela luta por direitos universais a todos os cidadãos.

Os nossos objectivos são:

- Unir esforços para superar problemas comuns,
- Criar espaços de diálogo e de debate,
- Promover mecanismos de coordenação das OSCs, através do trabalho em rede
- Aumentar a sustentabilidade das organizações,
- Promover valores como colaboração, multi-liderança e horizontalidade.

No entanto, é preciso reflectir sobre como podemos organizar-nos. E isso passa por um melhor conhecimento das características da sociedade civil e a construção de uma ampla plataforma de debate e discussão, incluindo as organizações comunitárias, em

busca de entendimentos alternativos sobre as relações entre o Estado e a sociedade civil enquanto actores que “contam”, para criar as bases para a construção social de um “projecto nacional” em torno da ideia de bem comum.

Dar uma dimensão social ao “projecto nacional” implica uma consulta permanente da sociedade civil no âmbito das políticas públicas, para incorporar as suas preocupações em todo o processo, e incluir as suas iniciativas. Pelo seu lado, a sociedade civil deve participar em iniciativas governamentais ou legislativas que criem Grupos ou Comissões de Trabalho para elaboração de políticas públicas e para expressar as suas opiniões sobre o tema discutido.

Além destes mecanismos de auscultação, tem de se criar mecanismos de monitoria e avaliação. Neste quadro, é preciso incentivar a inclusão da sociedade civil na definição da agenda pública e na avaliação da sua implementação. É também necessário promover o papel dos centros académicos no estudo das características do novo contexto angolano e dos actores tradicionais e emergentes que produzem conhecimento e informação. A fim de facilitar a participação das OSC’s e redes sociais, é preciso criar fundos específicos que a incentivam e financiem, através de dotações do OGE e da atribuição criteriosa do Estatuto de Utilidade Pública.

2. Considerações sobre a conferência nacional da sociedade civil



A Conferência Nacional da Sociedade Civil angolana é o conjunto de estruturas, mecanismos e processos de coordenação com vista a viabilizar a participação dos cidadãos e das organizações da sociedade civil na vida pública em Angola. Tem os seguintes objectivos específicos:

- a) Assegurar mecanismos de representatividade e de legitimidade,
- b) Providenciar uma estrutura dinâmica, flexível e célere de debate, tomada de posição, programação e implementação para a mudança,
- c) Articular e produzir conteúdos específicos para a Agenda, os Debates da sociedade civil e as tomadas de posição da mesma,
- d) Exercer influência sobre os conteúdos da Agenda Pública e das discussões do processo de tomada de decisão aos diversos níveis,
- e) Estabelecer “pontes” entre os cidadãos, os actores sociais com funções de articulação e mediação social - como meios de comunicação, igrejas e autoridades “tradicionais” -, para promover a troca de ideias e de experiências, bem como a acção colectiva.

A CNSC responde a certos mecanismos de governação, nomeadamente o princípio de plenária anual, com carácter consultivo, de concertação e deliberativo, e que vem como síntese dum processo decorrido ao longo dum ano a nível municipal e provincial. A CNSC é dinamizada por um grupo de coordenação, cujo papel é essencialmente de comunicação e coordenação. O evento nacional é “hospedado” por um grupo de coordenação escolhido em plenária.

Resumo dos debates

Síntese dos comentários e perguntas:

- (Participante de Benguela) Os CACS estão oficialmente constituídos mas em Benguela, são mais encontros onde as pessoas estão presentes apenas para assistir, tudo está decidido antes. Qual é o conselho que se possa dar para podermos passar as nossas opiniões?
- (Participante do Moxico) Se não houver trabalhos concretos nos municípios e nas comunas, a coordenação sempre será só de palavras. Mas estas pessoas no terreno têm de sobreviver. Uma das maneiras é o voluntarismo, se não apostarmos nisto, não haverá sustentabilidade. Qual é por exemplo o envolvimento dos estudantes?
- (Participante do Huambo) Os intelectuais têm mais facilidade para apresentar as suas ideias. Quais são as estratégias e métodos que a comunidade rural pode usar para apresentar os seus problemas?
- (Coordenador do Grupo da IV CNSC) Há alguns aspectos específicos que em nome da coordenação queríamos debater aqui. 1º) O modelo organizativo de coordenação da CNSC: fazer conferências nacionais todos os anos é bastante apertado, seria bom pensar em alternativas, porque o grande problema é a implementação das recomendações. 2º) Atrás disto, a questão é quem deve implementar e monitorar: o grupo da conferência actual ou da próxima? Tínhamos que estar dedicados no mínimo oito meses à conferência para conseguirmos monitorar. 3º) A

representatividade dos delegados. 4º) A relação da sociedade civil com o poder político. Muitas vezes há espaço para participar mas não estamos lá ou não coordenamos antes, quem vai e como é que podemos articular.

- (Administrador Municipal do Huambo) O que me preocupa é um pouco a ideia que uma OSC deve ser independente de tudo e de todos. Os estatutos das OSC são em geral muito bem-feitos, e sempre são apartidárias etc., mas quando sou convidado por outros sectores a participar, o que faço? Antes fazia parte da sociedade civil, escrevia artigos e me foi dito, é bonito mas estás fora do sistema, entrei num partido e no governo para actuar, será que por isso já não sou da SC? A diferença é que o meu acesso agora ao governo é mais fácil. Se calhar se estivéssemos dentro de muitas coisas, podíamos atingir mais mudanças.
- (Participante do Zaire) O problema é que quando queremos apoiar a comunidade e nos apresentamos como membros da SC, somos considerados como o inimigo.
- (Participante do Lubango) É impossível falar de SC sem falar de governação e cidadania crítica, mas refere-se logo à falta de informação, fraco nível de educação etc., neste quadro, é difícil haver real independência. Existe um défice democrático.
- (Participante de Benguela) A questão de monitorar deve começar com as próprias organizações a pensarem como cada uma incluiu as recomendações no seu trabalho, o que fez para as implementar. Também, cada um tem que vir com uma agenda para influenciar estas recomendações. Além destes momentos locais e nacionais, há também conferências temáticas e outros eventos muito importantes. Por exemplo, no Conselho de Auscultação sobre os Direitos Humanos, houve FONGA, CONGA... e convidaram a Omunga para representar a Conferência da SC, pelo que temos que falar disto aqui e juntos. Também é importante dar voz aos sem voz, aqueles que lutam mas não estão aqui presentes.

Síntese das respostas:

- Obviamente, ninguém é independente. Todos nós temos várias dimensões, várias facetas, e temos que saber lidar com isto. O que quero individualizar aqui é separar estas dimensões em função dum determinado objectivo. A sociedade civil é antes de mais composta por associações onde as pessoas são cidadãos sem farda. Dentro deste sector, a parte voluntária é importante. Uma OSC pretende lutar, influenciar, mas não aspira ao poder porque não se organiza como um partido político. Aqui não estamos a falar da SC “organizada” que veio directamente de organizações de massas dum partido, é importante fazer esta diferença. Estas organizações têm um papel também, servem em geral de amortecedor para os partidos testarem as suas ideias, mas é um papel diferente do nosso. A sociedade civil é um sector que tem o direito de se afirmar apartidário. Quando uma pessoa aceita um convite para participar num órgão do Estado, naqueles momentos que actua como tal, tem este papel, mas claro tem outras partes na sua personalidade e o facto de estar cá como participante é muito bom para quebrar os receios entre SC e Administração, mas tem que se ver em cada situação qual o chapéu que tem.

- Uma forma de apoiar as pessoas a exprimirem-se seria deixá-las trabalhar com as comunidades, não para elas ou sobre elas, mas com elas para usar uma abordagem realmente participativa.
- Em relação aos intelectuais e a dificuldade de outras pessoas em exprimirem-se, o importante é o exercício da crítica.
- Em relação aos CACS, vamos ter um outro momento com debates sobre descentralização e participação. Temos que ousar para usar as oportunidades criadas, mas temos também que estar preparados.
- Cidadania constrói-se exercitando a cidadania, é importante reflectir mas nunca parar. É fazendo que podemos avançar, se formos juntos melhor.
- Não temos apenas uma forma de nos organizarmos, pois com culturas diferentes dentro de Angola, há diferentes hábitos e formas de actuar. Vamos ter muitas sociedades civis. O importante é cada um interiorizar o facto de que faz parte da SC. Não dizer só, sou de tal organização, mas também sou do movimento da SC.
- Como circular a informação? Se nem todos têm acesso à internet, podemos utilizar o telemóvel que é o meio mais democrático aqui. Temos vários de nós, pontos de concertação e cada um tem que se mexer um pouco para fazer uma diferença

2º Tema: Decisões da III CNSC

Síntese da intervenção de Inácio Gil Tomas



Para além de lembrar as conclusões e recomendações temáticas que saíram da III CNSC, o Sr. Gil Tomas, Coordenador do Grupo da III CNSC, deu as seguintes contribuições:

Propostas de princípios:

- Definir princípios como a livre adesão e descentralização que engloba a participação, voluntariedade e democracia;
- Perspectiva horizontal e não vertical;
- Adoptar um sistema de coordenação dinâmico, com uma maior partilha de informação entre membros das coordenações nacional, provinciais e outros;
- Empoderamento das redes geográficas e temáticas;
- Que haja uma maior divulgação da importância do papel da sociedade civil a nível comunitário.

Contribuições para a sustentabilidade financeira do processo da conferência:

- Pensar em novas estratégias para o financiamento do processo da conferência;

- Necessidade das ONGs interagirem através de trocas de experiência e partilha de informação em relação à alocação de fundos para a realização das conferências, sejam municipais ou provinciais;
- Os doadores devem ser pontuais ao alocar as verbas para as conferências, mas deve-se procurar mais fundos locais;
- As coordenações provinciais devem apoiar a captação de recursos para as conferências municipais.

Contribuições para implementação e monitoria das recomendações aprovadas:

- Reflectir sobre os resultados concretos que se pretendem alcançar em cada uma das conferências;
- Criar mecanismo de monitoriadas recomendações;
- Que os grupos de coordenação (cessante e novo) façam o acompanhamento e monitorização das recomendações saídas das conferências.

Algumas Organizações desenvolveram acções ligadas com as decisões da 3ª CNSC:

- Conferência “Não partam a minha casa”;
- Movimento de solidariedade a favor das famílias vítimas dos desalojamentos;
- Conferência sobre Terras;
- Estudos sobre situação fundiária (Benguela, Huila, Kwanza – Sul).

Questões para reflectirmos:

- Quem implementa as recomendações?
- De que forma se deve monitorar o cumprimento dessas recomendações?
- Que papel devem jogar os Grupos de Coordenação aos diferentes níveis: Municipal? Provincial? Nacional?
- Qual tem sido o papel dos Grupos de Coordenação?
- Como é dado o feedback aos membros das Conferências?

Lições a tirar:

- A assumpção da Coordenação Nacional pelas Províncias constitui um momento/processo de aprendizagem;
- O ritmo da Conferência deve ser ajustado à realidade do País.

3º Tema: Reflexões e recomendações das conferências locais

Com base no documento de síntese das conclusões e recomendações das conferências provinciais distribuídas a todos os delegados (Anexo C), os participantes tiveram de realizar um trabalho de reflexão em grupo, no sentido de responderem às questões seguintes:

1. Principais preocupações temáticas levantadas durante as conferências locais;
2. Principais problemas organizativos das conferências municipais e provinciais: identificar os problemas e apresentar soluções;

3. O que pensam sobre a forma de organização da conferência nacional, principais problemas organizativos e formas de os ultrapassar? (Devemos organizá-la anualmente ou não? Quem pode votar? Quem deve monitorar?)

Conclusões dos grupos de trabalho



É de notar que a primeira pergunta visou antes de mais, dar uma oportunidade aos delegados de apresentarem entre eles as conclusões das suas respectivas províncias. Apenas o grupo 4 decidiu realçar algumas recomendações.

Grupo 1: Huambo, Benguela, Huíla

- 1) Temas mais preocupantes: terras; participação da sociedade civil nas políticas públicas; HIV-SIDA; integração das pessoas com deficiência.
- 2) A participação da SC nas conferências a nível municipal é fraca. As organizações mais maduras devem aprofundar a sensibilização para as comunidades perceberem o objectivo das conferências e os resultados que se podem tirar do processo. Para facilitar isto, as recomendações devem ser divulgadas, mas também os conteúdos das conferências devem ser adequados aos problemas reais das comunidades. Pode também ser organizadas trocas de experiência entre municípios.
- 3) Concluiu-se que 1 ano é pouco tempo, pelo que 2 talvez seja o ideal, havendo conferências intercalares e temáticas. A coordenação cessante deveria monitorar.

Grupo 2: Kuando-Kubango, Lunda Sul e Moxico

- 1) (Apresentação por província, ver anexo C)

2) (Lunda-Sul) A debilidade financeira das organizações torna-as fragilizadas. Os doadores, duma maneira geral, estão pouco interessados em investirem no leste. Existe ainda desconfiança dos órgãos do poder em relação à sociedade civil.

(Moxico) As OSC não estão representadas nos CACS. As OSC carecem de planos estratégicos e de acção, têm pouco conhecimento do quadro jurídico e pouca capacidade organizacional. Existem conflitos de interesses entre membros das coordenações das organizações, o que faz com que haja pouca coesão entre elas.

(Kuando-Kubango) Os CACS não são funcionais na província (ilegitimidade de alguns enquanto outros não existem). As OSCs participam pouco devido à falta de recursos.

Soluções: organizar encontros entre as coordenações, trabalhar para conquistar espaço nos CACS.

Perante estas dificuldades, o grupo preconizou as seguintes soluções: 1) fortalecer a capacidade organizacional das OSCs; 2) estabelecer mecanismos práticos de partilha de informação; 3) realizar encontros regulares de coordenação; 4) realizar um amplo movimento de mobilização de recursos internos e externos; 5) fortalecer a coesão entre as OSCs; 6) conquistar espaço nos CACS.

3) É importante que a CNSC continue a ser anual para não arriscar a dinâmica ainda frágil da nossa região. Este evento é a única oportunidade que as OSCs das nossas províncias têm para encontrar as outras. Porém, tem de se melhorar o sistema de elaboração e distribuição de relatórios periódicos da base ao topo e vice-versa.

Grupo 3: Malanje, Zaire, Luanda

1) (Ver anexo C)

2) É difícil encontrar organizações prontas a assumir o processo das conferências. Devemos ver a comunicação como um meio fundamental para todos. A coordenação deveria ser de todos, não só do grupo que assume a organização. Tem de se desenvolver um espírito de independência em relação aos doadores e procurar fundos locais. Deve haver uma boa gestão e prestação de contas a todos os níveis. O material para a conferência nacional deve chegar mais cedo, assim como os fundos.

Soluções propostas: 1) mobilizar recursos locais, para além dos doadores; 2) organizar encontros trimestrais entre grupos coordenadores; 3) mobilizar novos aliados; 4) utilizar os fundos de cada organização; 5) os grupos cessantes devem entregar as pastas aos seguintes e ficar como conselheiros; 6) fazer um calendário para as conferências municipais, provinciais e nacionais.

3) A conferência deve continuar a ser realizada anualmente, a fim de melhorar pouco a pouco os pontos fracos e fortalecendo cada vez mais as bases. Devemos procurar influenciar as políticas públicas seguindo o ciclo de governação. Todos os que participam no processo devem ter direito de votar e todos devem também participar na monitoria das recomendações, em grupos temáticos e de acordo com um calendário.

Em cada conferência, a coordenação cessante deve apresentar um relatório final para avaliação do cumprimento das conclusões e recomendações.

Grupo 4: Bié, Namibe, Cunene e Bengo, Kwanza Sul

- 1) Eis as principais preocupações levantadas nas conferências destas províncias:
 - As leis que regem o país devem ser distribuídas nas igrejas e em todas as localidades; o seu cumprimento também deve ser maior, por parte dos actores governamentais e da sociedade civil;
 - É preciso capacitar as autoridades tradicionais sobre a Lei de Terra;
 - O Governo deve ser mais sensível na autorização da abertura das rádios comunitárias e da Rádio Ecclésia em todo o país;
 - O Governo central deve alocar as verbas às províncias no início do ano fiscal;
 - Deve haver tribunais municipais em todo o território nacional.

- 2) A sociedade civil deve trabalhar na busca de metodologias de transmissão de boas práticas aos cidadãos, para que haja uma boa execução dos projectos comunitários. A SC deve também identificar os interesses dos detentores do poder económico em financiarem algumas iniciativas locais. Por outro lado, a coordenação nacional deve continuar a criar políticas de identificação dos potenciais doadores para as províncias.

- 3) A conferência nacional deve continuar a ser anual e realizada nas províncias de maneira rotativa. A futura coordenação deve criar um quadro de cronologia de actividades e responsabilidades para fins de monitoria das recomendações, em colaboração com a coordenação cessante.

Resumo dos debates

Síntese dos comentários e perguntas:

- O que é feito do topo para baixo cria muitos problemas, não funciona. Por isso é muito importante adequar as conferências municipais aos problemas concretos da comunidade.
- No ano passado, houve muitas conclusões e recomendações sobre a comunicação e o jornalismo comunitário, mas este ano, não há nenhum painel sobre o assunto. Em relação ao jornalismo, já está previsto na Lei da Imprensa a criação de jornais e rádios comunitárias, mas falta o decreto de aplicação e temos que influenciar a sua publicação.
- A coordenação nacional é como um pai com os seus filhos, mas nas províncias temos também que ser inovativos.
- A coordenação nacional tem que delegar mais para as provinciais poderem negociar com os doadores directamente.
- Em relação à desconfiança entre poder local e SC, deve ser apresentada uma solução. A SC tem de procurar ultrapassar esta desconfiança.

- É importante ser explícito quando se diz que as organizações locais são fracas, temos que definir quais são essas fraquezas. As organizações nacionais devem se preocupar com o que se passa nos municípios. Depois a questão é como transformarmos as novas recomendações em acções e como vamos conseguir fazer isto desta vez.
- Se nos bairros as pessoas conseguem organizar festas todos os dias, como é que nós na sociedade civil não conseguimos organizar um evento? Não se pode dizer que a coordenação nacional é “pai” dos outros, é este paternalismo que nos levou onde estamos. Temos que mudar.
- Se o executivo do país se reúne anualmente, porque é que nós iríamos reunir de dois em dois anos?
- Em Benguela, vai haver uma marcha das pessoas com deficiências, temos que estar ali. Ninguém este ano está a falar destas pessoas.

Síntese das respostas:

- (Coordenador do Grupo da IV CNSC) Nós deixámos claro que os financiamentos ficavam com cada grupo provincial, e há algumas províncias que não tendo recebido nada, conseguiram realizar conferências municipais e provincial. Há certos grupos provinciais que têm acordo com doadores e estes fazem financiamento directo. O Grupo nacional está só para apoiar as províncias quando é possível. Temos que considerar os apoios dos doadores apenas como contribuições e não como a base do nosso trabalho.

C. Sessões temáticas

1º Tema: Direito à Terra e À Habitação

Moderador: MoisésFesto



Síntese da intervenção de AllanCain: *Monitoria participativa da pobreza urbana*

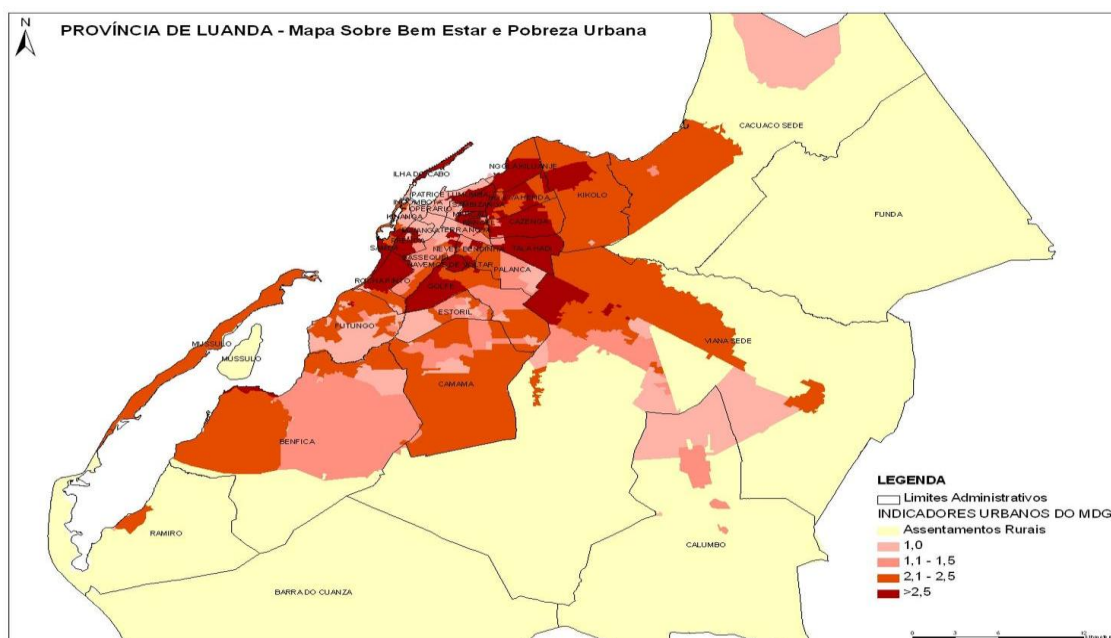
A Development Workshop e a Rede de Luta contra a Pobreza Urbana de Luanda desenvolveram um sistema de monitoria participativa da pobreza urbana, com os objetivos de monitorar os indicadores dos ODMs e produzir informação que permita assegurar a sustentabilidade ambiental e uma gestão urbana sã que consiga melhorias de longo prazo.

Os dados usados são recolhidos anualmente por grupos comunitários no sentido de registar a redução (ou não) da pobreza local e monitorar os efeitos de programas do Governo, como por exemplo, “Água para todos” e “Um milhão de casas”. A recolha, monitoria e mapeamento dos indicadores de pobreza são depois destinados a transformarem-se numa ferramenta de advocacia local nos fóruns e conselhos municipais. Os indicadores utilizados são os seguintes:

- 1) O indicador de sobrepovoamento mostra a proporção de agregados familiares com mais de três pessoas por quarto ou uma densidade populacional de mais de 500 pessoas por hectare, ou seja, mais de 50 000 pessoas por km².
- 2) A posse segura corresponde à percentagem de agregados familiares com posse segura de terra. Em Luanda, 80% dos residentes das zonas peri-urbanas adquiriram as suas terras e casas por mecanismos de compra, ocupação, familiar ou renda informal, e não têm acesso a mecanismos para regularizar as suas ocupações.

- 3) O indicador de habitações duráveis refere-se à proporção de agregados familiares que vivem numa unidade habitacional considerada durável, construída numa localidade não perigosa e que tem uma estrutura permanente e adequada para proteger os habitantes das condições climáticas.
- 4) O acesso a água potável corresponde ao acesso sustentável a uma fonte de água melhorada, isso sendo a percentagem da população urbana que utiliza qualquer das seguintes fontes de água para beber: água da rede, chafariz, bomba de cacimba, cacimba protegida, água de fonte protegida e água de chuva protegida.
- 5) O indicador de acesso a melhores condições de saneamento básico diz respeito à proporção da população com acesso a saneamento melhorado, ou as instalações higiénicas que separem excretas do contacto humano.

A combinação destes indicadores produz, para Luanda, o mapa de bem-estar e pobreza urbana seguinte, com 1 correspondendo ao melhor nível e > 2,5 o pior:



Com base neste trabalho de monitoria, eis constatações importantes para programas de urbanismo e gestão de terras urbanas:

- Os pobres em Luanda ocupam terrenos urbanos com valorização rápida, ou seja as terras com mais valor.
- As famílias mais pobres acumulam as suas poupanças investindo na terra que ocupam e nas habitações que construíram.
- Num clima de posse não titulada, onde a ocupação em boa fé não está reconhecida, antecipam-se no futuro muitos conflitos em relação á terra
- A regularização da posse da terra dos pobres é uma estratégia para a redução da pobreza.
- A planificação participativa ajuda a incluir conhecimentos locais, produz planos mais apropriados e ajuda a preservar os espaços públicos.

Síntese da intervenção de Sílvia Croesse:

Reconstrução nacional em Angola, políticas de habitação e cooperação sul-sul

Esta apresentação foi feita tendo como base os primeiros resultados duma pesquisa sobre reconstrução, políticas de habitação e acordos Sul-Sul, nomeadamente entre Angola, China e Brasil.

A principal fonte de reconstrução nacional é o petróleo. Assim, entre 1997 e 2008, o PIB multiplicou 10 vezes atingindo cerca de \$85 bilhões, e desde 2004 verifica-se um constante aumento na produção nacional de petróleo, assim como dos preços mundiais do mesmo. Em termos de políticas habitacionais, houve entre 2001 e 2006 um conjunto de programas de realojamento, habitação social, construção de novas centralidades e requalificação de musseques. No entanto, foi só em 2006 que foi aprovada uma política para o fomento habitacional. A seguir, foi lançado em 2008 o Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, o programa “1 milhão de casas”. Neste quadro, as relações Sul-Sul são muito importantes para Angola, no sentido de conseguir financiar a reconstrução.

Angola tem relações diplomáticas com a China desde 1983. Os primeiros acordos de assistência financeira e técnica foram assinados em 2002. Foram concordadas as linhas de crédito seguintes: \$4,5 bilhões da Ex-ImBank(2004 e 2007), \$2,9 bilhões da CIF, \$2,5 bilhões do ICBC e \$1,5 bilhões do China DevelopmentBank(2008-2009), e \$500 milhões do Ex-ImBank(2010). Quanto ao Brasil, relações diplomáticas existem desde 1975 e o Brasil presta assistência técnica e financeira a Angola desde 1980. As linhas de crédito do Banco do Brasil e do BNDES estão na ordem dos \$2,5 bilhões.

Além do apoio financeiro à reconstrução, a cooperação sul-sul tem contribuído directa e indirectamente para o sector da habitação. Assim, uma parte das habitações sociais, novas centralidades como Kilamba-Kiaxi e a requalificação do Cazenga por exemplo estão a ser realizadas por empresas chinesas. Indirectamente, a China trouxe mão-de-obra e material de construção a preços baixos. Luanda Sul foi construída pela Odebrecht que está também envolvida em habitações sociais e outras infra-estruturas. Indirectamente, o programa “Meu Sonho, Minha Casa” vem duma ideia brasileira.

Contudo, a política habitacional de Angola e a cooperação sul-sul enfrentam vários desafios, nomeadamente em termos de gestão de fundos e responsabilidades e na sua relação com o sector nacional. Finalmente, a legislação referente às políticas habitacionais só recentemente foi aprovada e está agora a ser testada na prática.

Síntese da intervenção de António Gameiro

A apresentação aqui resumida foi elaborada de forma a permitir uma compreensão do sector urbano e habitacional, com o objectivo de ajudar a delinear estratégias que visem os seguintes objectivos gerais:

- Apresentar uma abordagem multidisciplinar da problemática do sector;

- Analisar a repartição das responsabilidades entre a Administração Central, as futuras Autarquias e os restantes operadores;
- Incentivar a organização e participação das comunidades locais nos programas de desenvolvimento urbano e habitacional.

Em 2008, pela primeira vez, o número de pessoas que vive em cidades excedeu o número de pessoas que vive nas áreas rurais. Dos 6 bilhões de habitantes no mundo, 3,2 bilhões vivem em cidades, dos quais 1 bilhão vive em musseques. Dentro de 20 anos, estima-se que a população mundial cresça para 8 bilhões, dos quais 5 viverão em cidades, incluindo 2 em musseques. Este crescimento urbano acontece maioritariamente nos países em desenvolvimento, mas a maioria das teorias sobre o funcionamento das cidades, continuam enraizadas nos países desenvolvidos.

Neste quadro, as políticas habitacionais têm como objectivos globais: 1) garantir o direito universal à habitação; 2) promover a qualificação do território, ou seja a melhoria das condições de vida das populações mas também a preservação do património natural, o que pressupõe a articulação das intervenções no domínio do ordenamento do território; e 3) contribuir para a consolidação das condições essenciais ao processo de desenvolvimento, o que pressupõe uma distribuição equilibrada dos recursos através do uso racional e sustentável dos mesmos.

Eis o quadro legal do direito fundiário em Angola:

- A **Lei nº2.030** de 22/06/1948 define que só o Estado, autarquias locais e pessoas colectivas de utilidade pública administrativa podem constituir, em terrenos do seu domínio privado, o direito de superfície.
- A **Lei Constitucional** define que a terra constitui propriedade originária do Estado e pode ser transmitida para pessoas singulares ou colectivas, tendo em vista o seu racional e integral aproveitamento. O Estado respeita e protege a propriedade das pessoas, quer singulares quer colectivas e a propriedade e a posse de terras pelos camponeses, sem prejuízo da possibilidade de expropriação, por utilidade pública, nos termos da lei.
- A **Lei 21-C/1992** de 28 de Agosto regula a concessão dos terrenos destinados a actividades agrícolas e pecuárias.
- O **Decreto 46-A/92** define que os Governos Provinciais, no domínio de gestão urbana, podem constituir o direito de superfície sobre terrenos de que sejam proprietários, a favor de pessoas singulares e colectivas. A venda de talhões, com direito de superfície, será feita por período não inferior a 25 anos e até um prazo de 60 anos, renováveis por tempo a acordar no acto da sua constituição.

O principal desafio na questão habitacional em Angola vem do défice habitacional estimado em 1,7 milhão de casas em 2008 e 1,9 milhão em 2012. Para responder a este desafio, é preciso elaborar um Programa Estratégico, no sentido de materializar a Lei de Ordenamento do Território e Urbanismo, através de planos de urbanização e projectos urbanos a nível provincial. O Programa deve ter funções de regulação e regulamentação, compensação e desenvolvimento sustentável.

A resposta do Estado perante o défice habitacional tem passado por várias fases. Em 1976 foram promulgadas as Leis 3/76 e 43/76 de confisco e nacionalização, e em 1978 a Lei promovendo a auto-construção dirigida. Nos anos 1980 foram construídos os prédios cubanos e as primeiras casas económicas. Entre 1991 e 2006 foram deferidos cerca de 85.000 processos de pedido de compra de imóveis. Entre 1993 e 2005 foram realizadas operações de realojamento em cerca de 14.300 casas, tendo sido construídas cerca de 2.500 casas económicas, distribuídos talhões para auto-construção e promovidas parcerias público-privadas com a experiência piloto de Luanda-Sul que disponibilizou mais de 13.000 talhões infra-estruturados. Entre 2006 e 2010 foram construídas em Luanda 110.000 casas económicas.

Por outro lado, o sector informal tem também encontrado respostas no sentido de redução dos custos. Assim, os mussequessurgem como refúgio das famílias economicamente menos favorecidas, onde a maioria dos ocupantes das áreas peri-urbanas ou não possui título legal de ocupação de terreno ou possui título de ocupação precário, insuficiente para garantir os direitos de posse. Esta resposta sendo maior, as nossas cidades crescem sem o conseqüente desenvolvimento infra-estrutural e abrangente distribuição de equipamentos e serviços sociais, o que constitui um grande desafio para governantes e gestores públicos.

Além do défice habitacional, existem outros desafios a vencer como o fenómeno migratório, as condições de habitabilidade nos bairros de génese ilegal onde residem cerca de 80% da população urbana do país, a necessidade duma maior concorrência empresarial na produção de materiais de construção, ou ainda a institucionalização do sistema financeiro e fiscal nacional. Para responder a estes desafios, é preciso medidas de políticas fundiárias, fiscais, aduaneiras, ambientais, de apoio às empresas, de crédito habitacional e de baixa de preços dos materiais de construção. Tem também de se adoptar medidas conducentes à produção sistemática de planos provinciais de ordenamento do território, de planos directores urbanos e rurais e planos de urbanização entre outros. Deve finalmente ser adoptada uma legislação pertinente sobre as questões de urbanismo, habitação e ambiente.

Neste quadro, o Governo desenvolveu um novo programa habitacional para 2009-2012: o Programa Nacional de Urbanismo e Habitação – PNUH. As metas do programa são: 1) promover a construção de um milhão de casas, 68,5% das quais sendo auto-construídas; 2) abranger todos os extractos socioeconómicos com ênfase para as classes de baixa e média renda; e 3) gerar mais de 600.000 empregos directos.

Este programa é baseado em cinco eixos:

1) **Urbanização**, com 88 projectos de demarcação de reservas fundiárias do Estado para fins habitacionais, projectos urbanos com redes de infra-estruturas e equipamentos colectivos em cada capital provincial e cada município, e kits de construção para 685.000 famílias de baixa renda, incluindo assistência técnica e incorporação dos materiais locais nas zonas rurais;

2) **Habitação**, ou seja a produção estatal de casas baseada em modelos com padrão económico pré-definido a realizar-se em regime de custos controlados e acesso

por compra, renda resolúvel ou arrendamento, com destino aos antigos combatentes e aos jovens entre outros;

3) **Requalificação** ou renovação urbana, que consiste em operações de renovação dos bairros precários antigos, visando garantir a posse jurídica sobre terrenos e melhorar as condições de habitabilidade;

4) **Regularização fundiária** nas áreas peri-urbanas consolidadas e urbanisticamente regularizáveis, onde os residentes serão chamados a aderir ao processo de legalização criteriosa dos terrenos que ocupam, valorização económica das suas habitações e completamento das infra-estruturas públicas em falta;

5) **Agrovilas**, no âmbito de projectos de desenvolvimento rural integrados que incluem a construção de habitações pelas instituições estatais em regime de parceria público-privada, e em colaboração com a Secretaria do Estado para o Desenvolvimento Rural.

Apesar da existência ou preparação destes planos, ficam ainda questões para a reflexão de todos, nomeadamente: Que modelo de desenvolvimento territorial e de cidade se quer para Angola? Que papel institucional do Estado em matéria de Habitação - *Reforma da Administração Pública*? Qual o horizonte a programar para anular o défice habitacional? Que fontes de financiamento dinamizar eficazmente? Como envolver todos os agentes e a sociedade civil? Como promover as boas práticas urbanas?

Síntese da intervenção de José Patrocínio:

Experiências de Defesa do Direito à Casa em Benguela

A nossa organização procura agir sobre estas questões. Estamos a criar uma base de dados, mas queremos apresentar o que fazemos. A CNSC deverá ser também um espaço de protesto. Agora nos foi proibido lançar o documentário “Não Partam a Minha Casa” e seria importante pensar nas próximas conferências em defender este espaço também como fórum de protesto e reivindicação. Em Benguela, tem havido muitas ameaças de demolições em grande escala, e o quadro mudou muito através de estratégias participativas mas também ao recurso a mecanismos mais reivindicativos e de negociação directa, quando está em causa um desalojamento iminente. Por isso, é preciso pensar nas várias possibilidades de actuar. No caso da Damba Maria por exemplo, não só a ameaça parou mas já se está a construir infra-estruturas de novo.

Para além da questão de reservas fundiárias, há também ameaças sobre edifícios e pessoas que vivem em prédios há 30 anos. Assim, o Tribunal do Lobito decretou o desalojamento de todas as pessoas dum prédio e isso foi feito à força. Fomos directos ao Governador provincial e obtivemos uma reunião com ele. Como todos os moradores tinham as suas coisas dentro do prédio que estava fechado, estes foram também à administração municipal para encontrarem uma solução. O Governador acabou por assumir um compromisso com o dono do prédio: os moradores podem ficar mais 6 meses e o Governo vai criar condições habitacionais alternativas.

Não é a solução ideal, mas demonstram tipo de mudança de reacções que se pode obter graças a cartas, aos média etc. Até uma pessoa do Gabinete do Governador chamou a atenção para muitos outros prédios na mesma situação, onde se tem de fazer algo. Portanto, é importante ver essas mudanças e exigir o respeito pelas leis e pela dignidade humana. No mesmo sentido, temos que olhar para os programas de requalificação de maneira crítica e reagir às ameaças.

Resumo dos debates

Síntese dos comentários e perguntas:

- O Arq. Gameiro falou de distribuição de recursos equitativos, o que é que se faz para isso?
- Ao Arquitecto, será que há projecto de construção de novas centrais eléctricas nos prédios que vão fazer no Cazenga, quando já há tantos problemas de energia nas cubatas? Qual é a durabilidade das casas construídas em áreas como o Sapu? Qual é a estratégia de participação da população nos projectos de requalificação? Lamentei ouvir que no projecto do governo, a população tem só de aderir, será que é isso a nossa democracia?
- Qual será o relacionamento entre o antigo proprietário dum terreno e um novo que encontra cubatas no seu terreno no futuro? Será que não estamos a criar novos conflitos? A pessoa que vive lá não tem onde ir e há um novo dono, pelo que há risco de se criar um novo sistema feudal dos povos que sempre viveram lá, porque agora as pessoas da cidade compram os terrenos e os vedam.
- Como desenvolver boas práticas urbanas?
- Qual é a estratégia de implementação dos modelos apresentados pelo Arquitecto, quanto à movimentação das populações que eles implicam, nomeadamente em termos de indemnização digna das pessoas deslocadas?
- Seria bom dar mais pormenor sobre os fundos vindos da China e exemplos fora de Luanda.
- Não se deve ver só o problema mas também a causa do problema nas questões urbanas e peri-urbanas.
- Está na Lei Constitucional que a pessoa tem direito à habitação. O cidadão compra quase tudo, mas o Estado pede ainda mais \$50 000.
- A contradição das requalificações é que as pessoas tinham uma casa, agora são retiradas delas pelo Governo mas ainda devem pagar um arrendamento na nova casa.
- Em 1948 passou a lei que disse que a terra era do Estado, mas era o tempo colonial, será que podemos continuar com este espírito?
- Nas áreas requalificadas, vai haver também escolas etc.
- Devemos ter posições mais claras, ir ao essencial. Nas próximas conferências, tem de haver também muito mais reflexão e prelectores de fora de Luanda.

- Em Luanda, dos 60 pedidos de terreno por mês, só 30 são tratados e podem ser recusados, mas de qualquer modo as pessoas avançam com a construção porque precisam duma casa.
- O custo de requalificação é muito alto. Não seria melhor apostar em novos bairros já urbanizados, em vez de estar sempre a criar novos musseques e reagir depois? Pelo menos prever os espaços para as ruas, escolas etc.
- As cidades devem ser inclusivas, mas no planeamento das reservas fundiárias, tem zonas para baixa, média e alta renda, portanto cria exclusão logo no início.

Síntese das respostas:

- (SilviaCrose) A 1ª linha de crédito da China foi aprovada em 2004, foram 2 bilhões de dólares, em 2007 estendeu-se até 4.5 bilhões. Os fundos eram para infra-estruturas públicas, e foi de facto a principal fonte para o programa de infra-estruturas públicas entre 2004 e 2006. Este instituto médio foi provavelmente pago com esta linha. A qualidade é outra questão (ver Hospital Geral de Luanda) mas várias escolas, hospitais, o palácio de justiça entre outros foram financiados por esta linha, assim como as linhas férreas de Luanda, Benguela e Namibe. Há também as linhas de crédito vindo de fundos privados do Banco de Exportação e Importação chinês. Normalmente, parte dos trabalhadores devem ser angolanos, mas não é sempre o caso. A linha de crédito do Brasil foi também para a barragem de Capanda, portanto os fundos não foram só para Luanda mas sim para todo o país.
- (AllanCain) Em relação à questão de “invasão” dos espaços urbanos pelos pobres, é claro que não foi de maneira espontânea e uma boa parte das pessoas comprou os seus terrenos ou então foram indicados pelas administrações, mas tudo foi feito de maneira informal. Tem de se pensar também na questão do direito à cidade, onde todos podem escolher onde querem viver. Isto deveria ser defendido.
- (Arq. Gameiro) Está claro que 1 milhão de casas não vai anular o défice, a minha reflexão era sobre como anular, não só diminuir, e para isso não tenho resposta. O desafio é requalificar sem tirar as pessoas. Em Cazenga e Sambizanga, vai se fazer por fases, identificou-se primeiro as áreas onde se podiam colocar pessoas. Depois trouxeram para lá as pessoas dum outro bairro, que entretanto vais ser limpo e saneado e assim sucessivamente com cada área. Quando uma zona é muito densa, o processo é fazer edifícios de apartamentos para libertar áreas para fazer estradas, zonas verdes etc.
- Há outras formas de requalificação, que consistem em construir noutra lugar e mandar para lá as pessoas, só que isso não é uma forma inclusiva, apesar de ser por vezes a única forma, mas esta abordagem traz outras implicações. Por exemplo quando se fez o Zango, a ideia era que as pessoas iam trabalhar na Zona Económica Especial, mas quando as pessoas foram levadas da Boavista para lá a ZEE ainda estava em construção, pelo que as pessoas voltaram para a Boavista. Em resumo, requalificação com mudança de lugar está directamente ligada à criação de empregos, para manter as pessoas nos novos lugares.

- Quando à expropriação, ela destina-se à construção de ruas, esgotos etc. Faz-se expropriação por razões de utilidade pública, e esta é permitida por lei. Quando as pessoas chegaram ao Zango, as condições não estavam criadas e provavelmente até hoje ainda não estão. Calcula-se que 99% dos arquitectos estejam em Luanda, pelo que nas reservas fundiárias fora de Luanda, se questiona sobre quem está a olhar para os projectos?
- (Coordenador da IV CNSC) Em relação à questão da proveniência dos palestrantes, uma mulher da Huíla devia estar aqui presente, mas o seu voo foi cancelado, mas o ponto é que cada um pode trazer a sua experiência.
- (Arq. Gameiro) Sou de Malanje e conheço os problemas das outras províncias. Será que os problemas que existem em Benguela, no Lobito, em Luanda-Sul, e de outros locais vão ser resolvidos? Luanda é sempre paradigma para tudo, as questões são as mesmas para as outras áreas.
- É claro que o cidadão vai aderir se estiver de acordo com o programa, porque ninguém vai lhe suprimir direitos, antes pelo contrário. Em situações de densidade muito alta, sem fazer prédios não é possível requalificar. Se a pessoa for habitar numa casa nova com melhores condições, tem de pagar a diferença.
- Temos que dar segurança jurídica às pessoas em relação aos seus terrenos, mas os indivíduos que construíram em cima da linha férrea ou a menos de 5 metros do mar, a esses não se pode dar título pois não cumprem os requisitos.
- Não há como fugir das áreas de baixa, média e alta renda, mas podem ser encontrados meio termos.
- Há necessidade da CNSC ter um interlocutor. Como é que as questões apresentadas aqui vão chegar ao governo provincial se não há interação? O vice para área social deveria cá estar.
- (AllanCain) Um dos principais problemas é que só 5% das solicitações de terrenos recebem resposta. A capacidade das administrações é muito baixa. E agora a carga sobre as administrações municipais é sempre maior, e estas não têm capacidade para isso. Portanto o desafio não é só a falta de título.

Trabalhos em Grupo

O tema “terra” já tinha sido trabalhado na III CNSC, mas não houve monitoria da implementação das recomendações saídas da mesma. Neste quadro, procurou-se nesta fase de reflexão medir as mudanças relativas ao tema ao longo do ano e analisar as mesmas. Assim, com base na leitura das recomendações da III CNSC e das conferências provinciais, assim como na experiência e conhecimentos dos participantes, foi pedido aos grupos para responder às seguintes perguntas:

- a. O que foi feito?
- b. O que mudou desde a III Conferência?

- c. Será que as recomendações da III Conferência foram implementadas e influenciaram as mudanças?
- d. Se nada mudou, porquê?

Conclusões dos grupos de trabalho



Grupo 2: Kuando-Kubango, Moxico, Lunda-Sul

* Depois da III CNSC, a SC de Lunda Sul reuniu-se com o Vice-Governador e a Governadora e fizeram-se visitas às áreas onde as comunidades foram desalojadas, por supostamente as ter ocupado ilegalmente. Depois da Conferência *Não Partam a Minha Casa*, levaram-se a cabo actividades de sensibilização e distribuição de material às comunidades, com a participação das autoridades tradicionais.

* Na Província de Kuando-Kubango, há uma fragilidade no engajamento com as comunidades. Os planos urbanísticos são elaborados sem a participação da SC e das comunidades. Está a tentar-se recolher informação sobre os desalojamentos feitos na linha férrea.

* Na província do Moxico, a distribuição de novas terras no município sede é monitorada e não foram evidenciados conflitos. Providenciaram acções de prevenção e advocacia relativa à demarcação das demolições para o redimensionamento da estrada Luena-Kwango. OSCs fizeram advocacia junto as autoridades governamentais sobre o derrubo de parte do perímetro florestal para outras obras. É preciso reforçar o engajamento da SC no CACS para aquela poder assumir o seu papel.

Grupo 4: Kwanza-Sul, Bié, Cunene, Namibe, Bengo

1. A sociedade civil deve unir esforços para exercer influência sobre a Assembleia Nacional, de forma a prolongar o tempo concedido para a legalização de terras.

2. Devem ser desenvolvidos esforços para se proceder à tradução da Lei de Terras, no sentido de que o teor nela constante possa ser entendido pelas comunidades rurais e servir de apoio à resolução de problemas relacionadas com terras. A sociedade civil deve ter na agenda na questão das terras rurais.
3. Que os membros da sociedade civil façam campanhas de sensibilização junto das populações sobre o plano de urbanização, explicando a Lei de terras, as vantagens de adesão ao projecto e o ponto de situação do mesmo, ou em alternativa promover esforços de diálogo entre a população e os responsáveis do projecto.
4. Que haja um maior envolvimento das administrações municipais e comunais na legalização das terras comunitárias para evitar burocracia exagerada.
5. O processo de reservas fundiárias até ao presente não obedece aos critérios participativos por parte das entidades governamentais, pelo que se torna necessário adequar esses mecanismos através do diálogo.
6. Houve uma melhoria na articulação entre as organizações de sociedade civil e os governos provinciais, na implementação dos vários projectos de impacto, visando responder às necessidades mais básicas das populações.

Grupo 3: Cabinda, Zaire, Uíge, Kwanza-Norte, Malanje

O que foi feito:

- Marcha sobre o tema Não Partam a Minha Casa pelo Omunga em Benguela
- Marcha da plataforma da Mulher em Acção em apoio à aprovação da Lei sobre Violência Doméstica
- Envolvimento da sociedade civil na elaboração de perfis municipais

Sobre o que mudou nestas províncias, salientamos o envolvimento da SC na requalificação de alguns municípios, maiores oportunidades de negociação com o Governo local e as consultas feitas nos processos de requalificação das cidades.

Conclusões do moderador: há já coisas feitas, mas ainda falta muito trabalho. Foi feito mais trabalho sobre terras urbanas do que terras rurais. Hoje, graças aos esforços da SC, já existe um diálogo prévio em relação às requalificações. Não é o suficiente mas é um começo. Agora, falta garantir que as pessoas que são transferidas dum abrigo para outro, o sejam em melhores condições. Não há ainda consideração pelas pessoas que ocupam terras para fins agrícolas. São feitos planos de transferência destas terras sem ter em conta os seus interesses, pelo que os planos urbanísticos desenvolvidos devem também tomar em conta as comunidades que lá permanecem.

2º Tema: Participação na governação

Moderador: Belisário Santos

Participação significa influenciar directamente as decisões. Há muitos estudos sobre o poder e o espaço social. Quando mais poder tem um governo, mais o devolve para o nível local. A questão é saber como resolver conflitos para avançar e aqui temos de aperfeiçoar estes mecanismos.

Síntese da intervenção de Pascoal Mbuta:
Experiência de participação nos CACS e fóruns em Luanda

Em cinco municípios de Luanda –Cazenga, Sambizanga, Cacuaco, KilambaKiaxi e Viana –estamos unidos numa Rede de Luta contra a Pobreza. Nem todos temos as mesmas prioridades, mas procuramos avançar juntos. Participar nos CACS é uma oportunidade, mesmo que haja uma tendência de começar apenas como espaço informativo, ainda assim existem possibilidades de colocar perguntas e, pouco a pouco, interrogar cada vez mais chegando a se poder fazer propostas. O importante é utilizar os instrumentos e espaços existentes e transformá-los para melhor.

Os primeiros fóruns no KilambaKiaxi foram presididos pelo Administrador, mas agora ele é apenas um convidado, pois o fórum é completamente assumido pela SC. Para além dos fóruns, tem havido encontros trimestrais entre as redes para troca de informação. Estamos agora no fim do processo de elaboração do perfil em vários municípios e estes estão a ser elaborados com a colaboração de todos. Portanto tem havido progresso ao nível da consulta e participação da SC nos assuntos públicos dos municípios.

O processo de descentralização e desconcentração administrativa começou com o Decreto-Lei 2/07 que estabeleceu os CACS (Conselhos de Auscultação e Concertação Social) e os planos de ordenamento do território a nível provincial e municipal, assim como os planos de desenvolvimento municipal e comunal. O CACS é um órgão de apoio consultivo da administração municipal, constante da sua estrutura orgânica. É um espaço de concertação para apoiar a administração a tomar decisões. Existem CACS a nível nacional, provincial, municipal e comunal que se reúnem cada três meses e que devem ser ouvidos antes da aprovação dos planos de desenvolvimento local. Como tal, são uma oportunidade de participação cidadã e contribuem para garantir o exercício da democracia participativa.

Os fóruns municipais são espaços públicos abertos a todos os interessados no desenvolvimento do município e constituem um mecanismo de busca de consensos, através duma participação democrática mais abrangente, transparente e onde se pode fazer a prestação de contas. Através de diálogo aberto, os fóruns visam influenciar o processo de tomada de decisões e de participação dos cidadãos na construção da visão de desenvolvimento do município. A sua legitimidade vem do facto de serem espaços de concertação sobre os problemas prioritários locais, mas também de monitoria e fiscalização da gestão dos recursos públicos. Os representantes nos CACS podem ser eleitos e desenvolvem uma cultura de prestação de contas e combate à exclusão, defendendo a participação das comunidades. Porém, os fóruns aumentam o sentido de responsabilidade e participação das comunidades na defesa e conquista dos seus direitos. Expressam a maturidade de organização e participação da SC.

Assim, os fóruns representam mecanismos de participação mais alargados do que os CACS. Os fóruns incluem os pobres e minorias na apresentação das suas prioridades, principalmente durante a elaboração de planos de desenvolvimento municipais e

comunais. É necessário existir uma sociedade civil dinâmica e vibrante ao nível local capaz de monitorar, controlar e fazer uma auditoria social dos recursos para que os mesmos alcancem de facto os mais pobres. A articulação entre CACS e fóruns municipais ajuda a que as comunidades estejam mais em contacto com os governantes, principalmente ao nível dos municípios e das comunas. No entanto, é preciso ainda clarificar melhor as fronteiras entre os dois espaços, os seus propósitos e funções, para todos os actores perceberem que um não exclui o outro.

Para que haja uma participação efectiva da sociedade civil nos conselhos, os membros representantes da SC devem ser eleitos de modo transparente, a composição do CACS deve ser no mínimo igual entre o Governo e a SC e o mesmo deve ter um carácter deliberativo. Pelo seu lado, as OSCs devem preparar-se para saber o que trazer ou fazer nos CACS, devem também reflectir sobre o seu papel e responsabilidades nestes espaços de participação.

Síntese da intervenção de Julião Agostinho: *Experiência de participação nos CACS no Huambo*

A ADESPOV participa em projectos ligados ao reforço de capacidades de organizações comunitárias e participam no CACS desde 2006. Em 2008, após publicação do Decreto-Lei 2/07 ficou claro que não era suficiente intervir a nível da comunidade. Era também necessário intervir junto das administrações locais do Estado. O objectivo foi então de estabelecer uma ligação entre as comunidades e o poder local, através da participação daquelas nos espaços de diálogo e concertação social.

Em 2008 e 2009, foram notadas muitas debilidades, quer do ponto de vista da participação das OSCs nos CACS, quer do funcionamento dos mesmos. No entanto, deu também para notar que se começou a criar uma consciência da importância da participação nos CACS por parte das comunidades, e um sentimento de obrigação por parte das autoridades locais que foram obrigadas a reunir os CACS. A fim de perceber melhor estas evoluções e dificuldades, foi realizada em Abril de 2010 uma avaliação dos CACS municipais da Caála e comunais de Cuima e Catata.

Eis as principais constatações que foram feitas. Em 2009, apenas 2 das 4 reuniões de CACS previstas por lei foram realizadas em cada local. As convocatórias chegavam ou um dia antes da reunião, ou no mesmo dia ou até no dia seguinte. Não era possível aceder às actas dos encontros e, nas comunas, nem parecia haver actas. A participação era fraca, sobretudo no que concerne à sua qualidade. Não havia calendarização das reuniões, nomeadamente por causa das agendas sobrecarregadas dos administradores. Existia uma grande falta de habilidade organizativa, recursos humanos e materiais. Finalmente, os fundos para as administrações, chegavam apenas no fim do ano.

Com base nestas constatações foram feitas recomendações, incluindo criar uma comissão técnica para preparar as sessões do CACS; a aprovação pelo CACS do plano de desenvolvimento municipal, orçamento, relatórios e plano de actividades

como previsto por lei; e a eleição dos representantes da SC pelos seus respectivos grupos sociais para assegurar uma representatividade justa e garantir legitimidade. Em 2010, houve apenas um CACS municipal realizado, mas a sua qualidade foi muito melhor do que os precedentes, incluindo a discussão, entre outros, do Programa Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza 2010-2013. Nos CACS comunais participaram os membros das Comissões de Desenvolvimento Comunitário.

Existem ainda grandes falhas, inclusive a fraca participação das OSC e a sua fraca coordenação, assim como dificuldades de certos funcionários públicos de aceitarem as mudanças de governação. Assim, numa forma geral, nem o funcionamento dos CACS nem a participação neles é satisfatória, mas é ainda um processo muito novo numa cultura onde as pessoas não têm hábito de ler, escrever, nem de pensar por elas próprias, de ter pontos de vista ou de fazer propostas. É portanto preciso tempo, objectivos realistas, organização e cooperação, e muito trabalho de base. Deve também ser estudada a possibilidade de ter fóruns de concertação social. Estas mudanças constituem o caminho mais certo para levar o país às autarquias.

Síntese da intervenção de José Maria Katiavala:

Participação da SC na monitoria da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar



A intervenção das OSC na promoção da SAN – Segurança Alimentar e Nutricional – evoluiu ao longo das últimas décadas. Nos anos 1990, o foco era nos programas de ajuda alimentar, enquanto a partir de 2000, as OSC assumiram um papel mais activo no debate das grandes questões de SAN e desenvolvimento rural (terras, micro crédito, descentralização). A actuação das OSC passou pela assistência directa, apoio à produção agrícola e pecuária, assistência social a grupos vulneráveis, reforço de capacidades, fomento do associativismo, reforço de formas colectivas de comercialização e dinamização da articulação entre OCBs. Fez-se também advocacia social a favor de um modelo de desenvolvimento rural que coloque a agricultura familiar no centro das prioridades das políticas públicas.

O conceito da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – ENSAN – foi desenvolvido como instrumento de orientação política para promover a coordenação e articulação de todas as iniciativas em matéria de segurança alimentar. O objectivo geral da ENSAN é de contribuir para que todos os angolanos tenham, a todo momento, acesso físico e económico a uma quantidade suficiente de alimentos com qualidade e variedade adequada, tendo assim uma alimentação que lhes permita contribuir para o desenvolvimento humano e social de Angola.

Em relação à ENSAN, a SC tem o papel específico seguinte: participar na formulação de políticas e programas locais; estabelecer redes de solidariedade e SAN; apoiar o

Estado na promoção do direito a uma alimentação adequada; e participar na monitoria e avaliação de programas e projectos de SAN. Devemos igualmente saber que está previsto um mecanismo de coordenação institucional da ENSAN, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar – CONSAN. De natureza consultiva, este Conselho terá o papel de orientar a implementação das acções previstas na estratégia, contribuindo para a introdução da SAN nos planos de desenvolvimento nacional e nas políticas sectoriais do país. Terá ramificações a nível local através de Comitês Provinciais e Núcleos Municipais de SAN.

É ainda necessário que haja uma melhor articulação entre o Governo e a SC nesta matéria. Do lado da SC, a sua organização em rede na perspectiva do diálogo permanente com actores do Governo é um passo positivo. É de notar também como positivo o facto de a ENSAN proclamar claramente a necessidade da participação da SC. A constituição de espaços de diálogo nos municípios através dos CACS e as iniciativas de articulação dinamizadas pelo movimento da CNSC constituem outras oportunidades.

Ficam no entanto desafios. A nível da monitoria da ENSAN, vai ser preciso saber como equacionar a questão da representatividade da SC no CONSAN, e como potenciar as dinâmicas actuais de articulação da SC para monitorar a implementação da ENSAN. Existe também uma série de problemáticas sobre as quais é preciso ainda advogar, nomeadamente o papel da agricultura familiar na promoção da SAN em Angola, a questão da terra, o crédito agrícola para os camponeses e agricultores familiares, a política de comercialização agrícola, e a merenda escolar.

Resumo dos debates

Síntese dos comentários e perguntas:

- Como é que o fundo municipal está a ser constituído no Huambo? Qual tem sido a vossa reacção quando constatarem as fraquezas da administração que, por exemplo, apresenta agenda atrasada, etc.
- Uma preocupação que devemos ter é a ausência de censo populacional, que cria limites para a estratégia de SAN e outras. É também preciso de uma estratégia para assegurar a transformação de alimentos e o seu escoamento, a fim de criar um mercado de produtos locais com qualidade.
- Quem participa na elaboração das agendas dos CACS? Quando as pessoas não participam, é talvez porque não se revêem na agenda.
- O Decreto-Lei 2/07 foi ultrapassado pela Lei 17/10, é bom conhecê-la. Uma mudança é que agora ONGs, igrejas etc. têm direito a três representantes. Um dos desafios é para as OSC organizarem-se para eleger representantes e decidir como vai ser a sua participação nestes eventos. A ADRA está a implementar projectos nesta linha em Huambo. Até que ponto há trabalho em rede entre as organizações que actuam na área. Existe? Se não, o que falta para haver?

- De quem é a responsabilidade de criação da rede nacional? Não está claro e se não nos organizarmos em redes, vamos ter dificuldades em conseguir nos impor nestes espaços.
- No Uíge, temos feito esforços para aumentar a participação da SC e das comunidades. Mas há questões culturais e dificuldades. Muitas pessoas não aceitam ainda falar em frente de administradores. A nível nacional é muito importante que se dê subsídio a estes esforços a nível local. Precisamos que o próximo grupo de coordenação nacional apoie os grupos locais que trabalham para aumentar a participação.
- Em Luanda a segurança alimentar está ameaçada. Onde havia lavra, quinta, etc., já não existe. A comunidade fica sem lavra e o Governo com terreno para fazer prédio. Estes casos tocam muitas famílias idosas e de maneira geral, é uma ameaça para a população camponesa à volta de Luanda.
- Os CACS promovem democratização comunitária e transparência na gestão de recursos locais, mas será que há pessoas da comunidade que participam e se sim, quem os elege? Como é que as organizações da SC integram os CACS?
- Em Malanje, trabalhamos nos CACS também. Não há reunião cada três meses como previsto e as questões orçamentais são ainda muito secretas. Não conseguimos falar disto, qual é a situação em Luanda?
- Qual é a relação entre o Ministério da Agricultura e as OSC que trabalham na componente de segurança alimentar?
- Como podemos falar de segurança alimentar quando comemos antes de tudo produtos de armazéns com datas de validade ultrapassadas?
- Qual tem sido a experiência de fóruns no Huambo? Quando o Governador foi no Município de Chicala-Chiluanda, disse que não valia a pena os fóruns, porque havia CACS, então já não se estão realizar fóruns. Será que outros municípios tiveram este problema?

Síntese das respostas:

- (Pascoal Mbuta) É preciso olhar para quem vai representar a SC nos CACS. Muitos não sabem porque estão lá, tem de se reforçar a capacitação dos elementos que lá vão. Em relação às agendas, a experiência em Luanda é que já as conseguimos influenciar, com base em elementos discutidos no fórum e que não estão previstos na agenda do CACS. Por esta razão, as pessoas que vão aos CACS têm de ser mesmo preparadas. Em Luanda, muitas vezes acontece haver mais de 3 pessoas da SC nos CACS, porque os administradores já viram que estes têm propostas.
- (Julião Agostinho) Em relação ao fundo de gestão municipal, já não existe. Agora são Programas Integrados de Desenvolvimento Rural e Combate a Pobreza. Em relação às pessoas que não participavam e que talvez não se reviam na agenda, na verdade havia muitos comentários, mas não havia sugestões para melhorar as coisas. É preciso rever a participação, mas é verdade que tem também a ver com o tempo de antecedência com que se recebem os documentos. É bom ver também quem pode representar e contribuir melhor em função do tema.

- Sobre as fraquezas da administração, todos temos fraquezas, o importante é haver diálogo para melhorar o que está mal. No Huambo não existem fóruns. Estamos a reflectir à volta disto. Agora a Constituição não proíbe reuniões nem organização de fóruns, mas é verdade que certos avanços levam tempo no nosso contexto.
- (José Maria Katiavala) A situação no país mostra que de facto há alteração dos padrões alimentares (homogeneização no mundo em geral) e tem consequências sobre a saúde. Por isso deve ser dada mais importância à produção local e familiar. A questão da transformação de produto está na ENSAN. É o fomento agro-industrial. Agora o que temos que monitorar é a dimensão da mesma, para ver se é subdimensionada ou adaptada aos desafios locais.
- À volta de Luanda, havia de facto uma cintura verde, como em Benguela, e estas estão a desaparecer. Temos que advogar para isso, que haja espaços para agricultura, para além de reservas fundiárias para habitação. O CONSAN terá relação com a presidência, portanto poderá ter influência. A abertura política está lá, mas temos que nos organizar e ter mais coordenação.
- Sobre os fóruns, podemos defender que as pessoas precisam de outros espaços para discutir os seus problemas.
- (Administradora de Chicala-Chiluanda) Não houve proibição dos fóruns, mas não estávamos a perceber a necessidade da existência de tantos fóruns. Há também as ODAs, onde se poderá desenvolver um diálogo. Os CACS são realizados só de 4 em 4 meses, como previsto, e mandamos agendas 15 dias antes, mas ninguém reage por parte da SC, portanto é bom haver rotatividade entre os actores da SC porque muitos dos actuais não reagem.

3º Tema: Transparência na gestão dos recursos públicos

Moderador: José Maria Katiavala

Síntese da intervenção de Belisário Santos: *Monitoria do Orçamento Geral do Estado*

Esta intervenção foi realizada com base numa apresentação da Comissão Episcopal de Justiça e Paz da CEAST sobre a experiência de monitoria social que a Comissão desenvolver há cerca de um ano.



Tem primeiro de se tomar em conta que o OGE tem várias fases: 1) elaboração da proposta; 2) aprovação; 3) execução; e 4) controlo e auditoria (fiscalização). A sociedade civil tem de conhecer este ciclo para intervir de maneira estratégica. No entanto, este processo tem fraquezas. A pesquisa realizada dentro da Parceria Internacional sobre o Orçamento (International Budget Partnership – IBP) revelou que Angola, não obstante ter melhorado a sua classificação em termos de processo orçamental, não está entre os melhores. Certos documentos ainda não são publicados e outros ainda não são elaborados. O processo de controlo e auditoria ainda é bastante frágil.

Apesar das debilidades do processo, as organizações da sociedade civil têm um papel na monitoria do orçamento, baseado no princípio de participação. A CEJP trabalha na monitoria orçamental na fase de execução do OGE, com o objectivo de supervisor e fazer o seguimento dos projectos propostos pelo executivo no PIP, visando transparência e boa gestão. Para desenvolver este trabalho de monitoria, a equipe da CEJP a nível nacional tem realizado formações na Huíla, no Uíge e no Bengo.

Assim, foram constituídos três grupos de trabalho na diocese do Lubango, 10 em Luanda, 4 no Uíge e 6 no Bengo. Totalizam 148 monitores formados e credenciados, dos quais 35 são mulheres. Cada grupo escolheu pelo menos três projectos a monitorar e fizeram relatórios, compilados e analisados pela CEJP a nível nacional. Os resultados destas análises foram partilhados com a 5ª Comissão da Assembleia Nacional, o Ministério das Finanças e o Tribunal de Contas.

Síntese da intervenção de Hélio Nzage:

Experiências de diagnóstico sobre informações disponíveis acerca do OGE

Esta apresentação foi feita a partir de experiências da CEJP e da DW, mas outras organizações da sociedade civil têm feito análises do orçamento e monitoria, inclusive OSISA, OPSA, ADRA, CEIC, CICO, Omunga e FONGA.

O Governo controla o sistema do processo orçamental. Assim, o Executivo elabora, influencia a aprovação, execução e revisão do orçamento. No entanto, algumas mudanças estão em curso, apesar de estas serem lentas. O Governo adoptou o SIGFE (Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado), que define como as unidades orçamentais devem proceder desde a elaboração à prestação de contas. Porém, é de notar, que a Lei de Bases do Orçamento está muito bem elaborada e o manual de elaboração do orçamento tem bons procedimentos.

Todavia, embora o SIGFE tenha sido adoptado com o objectivo de descentralizar o processo de elaboração do OGE, a prática continua a ser centralizada e oferece pouca informação. Muitos documentos que deviam ter sido produzidos de acordo com o definido no SIGFE, ainda não estão, outros não são publicados, e muitos funcionários governamentais não estão abertos a darem entrevistas, devido a uma cultura muito forte do segredo. A Assembleia Nacional pelo seu lado precisa de ser mais forte, ou seja, ter uma intervenção maior, para controlar a execução do orçamento e exigir prestação de contas ao Executivo. Quanto ao Tribunal de Contas, tem lacunas no seu funcionamento e ainda não publicou nenhum relatório anual de auditoria. Estas duas instituições precisam duma forte independência e de exercer um controlo efectivo das despesas públicas e receitas durante a execução do orçamento.

Além destas debilidades por parte das instituições do Estado, existe uma fraca participação pública no processo orçamental. Geralmente, as pessoas não estão habituadas a consultarem documentos relacionados com o orçamento. Muitos cidadãos não participam no processo de decisão do orçamento porque pensam que não é sua

responsabilidade. O Orçamento público é pouco conhecido, o que implica ter de se fazer muito trabalho de consciencialização dos cidadãos sobre como o OGE toca as suas vidas. Os cidadãos precisam de ser mais proactivos em relação à prestação de contas pelo Governo sobre os recursos públicos.

Neste quadro, existem grandes desafios, começando pelo acesso à informação. Há muita informação produzida pelo Executivo, mas essencialmente para uso interno. A inserção do sistema do país no contexto internacional, usando as boas práticas do OECD, os princípios de transparência orçamental do IBP, poderia ajudar a melhorar o sistema e, conseqüentemente, a imagem de Angola. As instituições democráticas podem ser também melhoradas à luz da Constituição, que estabelece a existência de poderes locais autónomos (autarquias, instituições do poder tradicional, e outras modalidades da participação do cidadão nas políticas públicas). Isto pode aumentar a descentralização do processo do orçamento ao nível municipal sobretudo através dos CACS.



Síntese da intervenção de Jorge Trula:
Algumas notas relevantes sobre o Orçamento

Em Angola falar do orçamento ainda é por vezes um assunto tabu. Porém, nos últimos anos tem havido um aumento significativo no volume orçamental, mas também na sua disponibilidade para o público através da internet. Como resultado dessa disponibilidade Angola passou de 6 para 20 pontos na classificação da Iniciativa Orçamento Aberto. Apesar destes avanços as dotações para os sectores de educação e saúde são muito inferiores aos requisitos dos acordos de Abuja e recomendações do sistema das Nações Unidas, que recomenda que os Países em Vias de Desenvolvimento invistam 15% dos seus orçamentos em educação e a mesma percentagem em saúde. O nosso País enfrenta ainda muitos desafios no que concerne a informações sobre execução e prestação de contas orçamental a todos os níveis.

Esta área parece muito técnica para muitas OSC, mas fará sempre sentido colocar o orçamento na sua agenda, pois este cobre todas as áreas em que as organizações trabalham. Cada uma das organizações deve olhar para o orçamento e focalizar na sua área de especialidade, verificando se as áreas que advoga são aceitáveis, ou se a política orçamental obedece ao plano aprovado. As OSC precisam de conhecer melhor o ciclo do OGE, precisam de uma agenda comum e de alargar mais as organizações que tratam este tema.

Documento do OPSA e da ADRA:

OGE 2011, elementos para debate na Assembleia Nacional

Por falta de um representante do OPSA ou da ADRA que tenha participado na elaboração do documento e o facto do mesmo não estar ainda finalizado à altura da realização da Conferência, impediu o mesmo de ser apresentado na totalidade. O Coordenador do Grupo da IV Conferência mostrou apenas alguns slides explicativos, nomeadamente o calendário de preparação do orçamento tirado do relatório do CMI sobre este tema. O mesmo pode ser encontrado no endereço seguinte: <http://www.cmi.no/publications/file/2885-orcamento-estado-e-povo-processo-de-oramento.pdf>.

Conclusões dos debates em plenária

Por falta de tempo, não houve possibilidade de realizar grupos de trabalho para os temas da descentralização e da gestão dos recursos públicos. A fim de preencher parcialmente esta falha, foi decidido rever em plenária as recomendações do ano precedente sobre estes temas e emendá-las em função das mudanças constatadas.

No que diz respeito à descentralização e participação na governação local, foram observadas melhorias na articulação entre organizações da sociedade civil e as administrações em certos municípios. No entanto, as recomendações feitas no fim da III CNSC são ainda relevantes. Acrescentou-se apenas que no âmbito da Lei 17/10, a sociedade civil seja incluída no processo de regulamentação dos CACS.

Em relação ao OGE, constatou-se que cada vez mais organizações trabalham nesta área, inclusive organizações de mulheres como a Plataforma Mulheres e Acção que tem desenvolvido trabalhos de análise muito relevantes. Neste contexto, várias recomendações relacionadas com a falta de informação e necessidade de desmistificar o OGE foram tiradas, enquanto se insistiu sobre a ideia das futuras CNSC garantirem uma maior colaboração com estas organizações. Foi realçada também a necessidade de ter um enfoque maior sobre as questões de educação e saúde.

D. Preparação da V CNSC

Na preparação do programa da plenária da IV CNSC foi decidido dar mais tempo às discussões sobre o futuro do processo das conferências, tendo por isso, tais discussões sido colocadas no início do programa. Foram igualmente realizados grupos de trabalho que sublinharam algumas decisões e preocupações. Assim, três dos quatro grupos afirmaram preferir que o processo da CNSC continue a ser anual. No entanto, no fim das sessões foram tomadas algumas decisões e debatidos diversos pontos.

Foi feita uma votação de todos os participantes sobre quem devia ter direito a voto durante as plenárias da conferência nacional, se todos os participantes ou só os delegados e membros da Comissão Organizadora Nacional. O resultado da votação, foi 62 votos a favor de só os delegados e o grupo coordenador, terem este direito e 15 votos a favor da proposta de todos os participantes poderem votar. No entanto, após a votação, várias das 15 pessoas que defenderam a posição derrotada, questionaram o voto, pelo facto de muitos participantes estarem presentes pelos seus próprios meios, terem um interesse nos assuntos da sociedade civil angolana, e portanto também deveriam ter o direito de votar. Uma vez que este debate sempre acontece em todas as Conferências Nacionais e nunca se toma uma decisão, a comissão organizadora decidiu adiar mais uma vez, a resolução desta questão para a próxima conferência.

A seguir, todos os participantes votaram sobre o lugar da próxima conferência, tendo sido decidido que será Malanje.

Três outras questões foram levantadas nesta altura dos debates.

A primeira está ligada com a importância de escolher o local onde se realiza a CNSC, garantindo que nesse local se possa exprimir as posições e os protestos da sociedade civil, sob pena deste evento perder todo o seu sentido e potencial no futuro.

A segunda questão foi a colocada pelo Arquitecto Gameiro que perguntou qual era o interlocutor da sociedade civil se ninguém do Governo está presente nestes debates. Assim, foi realçada a questão de convidar entidades do Governo para a próxima CNSC, sem que tenha sido tomada uma decisão colectiva sobre o assunto.

Finalmente, uma participante sublinhou a importância de se considerar tempo, durante as conferências nacionais, para que os delegados das várias províncias se possam conhecer melhor e trocar ideias e experiências, já que para muitos deles, a CNSC é a única oportunidade do ano que eles têm de se encontrar.

E. Conclusões e recomendações finais

1. Temáticas

No que concerne ao **direito à terra e à habitação**, foi manifestada preocupação pelo facto do processo de reservas fundiárias não ter um carácter participativo, somente 5% dos pedidos de legalização de terrenos terem tido resposta e o tempo concedido para legalização de terras ser insuficiente. Os participantes registaram ter havido um maior número de organizações da sociedade civil engajadas nesta problemática e que

algumas acções de protesto levadas a cabo desde a última conferência, criaram melhores condições para o diálogo entre o Estado e a sociedade civil e contribuíram para o início de uma mudança positiva de atitude por parte de certas autoridades provinciais. Foi recomendado que haja um maior envolvimento das administrações municipais e comunais na legalização das terras comunitárias, que não haja camponeses nem produtores rurais sem terra, que a terra não seja usada para especulação latifundiária, que os testemunhos orais tenham igualdade de prova com a documental para ocupação da terra e que a legislação contemple os direitos costumeiros.

Em relação à problemática da **descentralização e participação na governação local**, foi constatado que houve melhoria na articulação entre as organizações de sociedade civil e os governos provinciais na implementação de projectos de impacto social. Por outro lado, foi notado que a ausência do Censo Populacional cria constrangimentos na elaboração de estratégias. Os participantes recomendaram que as autoridades devem conduzir o processo de descentralização de forma a: (1) ter carácter participativo, (2) ter eleições dos representantes locais, (3) ser transparente na gestão dos recursos públicos, (4) permitir que haja monitoria da governação local (5) a capacitação dos quadros da administração local e (6) que haja prestação de contas. Foi ainda recomendado que no âmbito da Lei 17/10, a sociedade civil seja incluída no processo de regulamentação dos CACS.

Sobre o **OGE** foram feitas, entre outras as seguintes recomendações (1) haja um processo de capacitação das organizações que trabalham governação, transparência e orçamento, (2) sejam identificados outros espaços de participação, (3) os representantes dos CACS sejam eleitos nos fóruns, (4) se caminhe para um orçamento participativo, aproveitando a opinião das pessoas e suas prioridades através dos diversos espaços de diálogo, tendo em conta o ciclo anual de preparação do OGE, (5) a sociedade faça monitoria da execução do OGE e dos projectos, (6) haja participação de mulheres no processo de elaboração do OGE, tendo em conta a questão do género e a capacidade desenvolvida por certas organizações, e (7) seja dada uma maior relevância às questões de educação e saúde. Especial ênfase foi dado à ideia de futuras CNSC deverem garantir uma maior colaboração das organizações que desenvolvem trabalhos relevantes na área de género e OGE.

2. Organizacionais

Quanto aos aspectos referentes à **sociedade civil**, foi considerado que não pode haver uma sociedade saudável sem uma participação forte da sociedade civil, que a planificação participativa ajuda a produzir planos mais apropriados e que deve haver trabalho concreto nos municípios e comunas para que as conferências não sejam só palavras. Foi ainda considerado que muitas vezes há espaço para a sociedade civil participar, mas esta não o faz ou por falta de coordenação ou preparação.

A sociedade civil deve poder afirmar-se como um sector apartidário e independente, mas com relações com os outros sectores. Deve também melhorar o fluxo de informação entre o nível provincial e nacional, assim como construir uma ampla

plataforma de debate e discussão, incluindo as comunidades, a fim de influenciar as políticas públicas, monitorar a sua implementação e avalia-las.

As futuras conferências devem continuar a ser anuais, e ser realizadas em espaços que permitam a expressão livre das opiniões e dos protestos dos participantes. Deveriam também privilegiar os trabalhos em grupo e espaços para os delegados das várias províncias conhecerem-se melhor e criarem laços.

F. Análise das conclusões e recomendações em relação às conferências precedentes

No relatório da III CNSC, esta parte da análise sublinhou que as conclusões e recomendações da III Conferência foram mais práticas e operacionais que as precedentes. Várias razões podiam explicar isto, entre elas o facto de a conferência se realizar pela primeira vez numa província fora de Luanda, ou ainda a possibilidade da sociedade civil angolana já não sentir tanto a necessidade de procurar quem é e como se relaciona com os outros. Várias interpretações também podiam ser dadas a esta evolução, umas de teor positivo outras negativo em função das prioridades de cada um. No entanto, uma preocupação comum foi a importância de se encontrar uma maneira de monitorar as conclusões e recomendações saídas das conferências.

Na plenária da IV CNSC, esta preocupação foi reiterada e foi constatado que até agora não foi ainda encontrada forma de monitorar as conclusões e recomendações. Contudo, fez parte das decisões sobre o futuro organizacional da conferência que a monitoria seja feita pelos grupos de coordenação a nível provincial e nacional. Desta vez, apesar de não haver uma informação sistemática, procurou-se durante o grupo de trabalho sobre direito à terra e habitação saber dos delegados o que tinha sido feito ao longo do ano sobre esta temática, o que mudou, e em função disso o que tinha de ser concluído e recomendado.

Foi interessante constatar que é provavelmente sobre este tema que mais se fez ao longo de 2010, pelo facto de ter havido mais organizações sensibilizadas nas questões de desalojamento, expropriação de terras, conflitos de terra e planos urbanos. Novas acções e reacções foram registadas, nomeadamente em Benguela e Huíla, mas também na Lunda Sul. Assim, as conclusões e recomendações aprovadas são ainda mais práticas e específicas do que no ano precedente, porque já baseadas na experiência destas organizações. Este ponto foi considerado como muito positivo.

O mesmo trabalho de análise das mudanças não pôde ser feito nos outros temas, mas a discussão em plenária mostrou que, segundo os participantes, a grande maioria das conclusões e recomendações feitas em 2009 ainda se mantém válidas em 2010. Apesar de certas organizações terem partilhado a sua experiência nos domínios da desconcentração participativa e da monitoria do OGE, ainda não puderam ser constatadas mudanças significativas. É de desejar que os próximos grupos de coordenação consigam organizar um maior e melhor seguimento da implementação das conclusões e recomendações feitas nesta conferência.

G. Eventos Culturais e de Solidariedade

À semelhança do que aconteceu na III CNSC, foram previstos na IV conferência nacional eventos culturais e de solidariedade. Ao longo da plenária foram apresentadas três manifestações artísticas, duas de grupos musicais, uma dum grupo de teatro que apresentou uma peça humorística sobre conflito de terras entre um casal pobre e um general. Os três grupos eram do Huambo e mostraram as dinâmicas culturais existentes na província.



Foram também expostos fora da sala principal da conferência pinturas e peças de artesanato:



Para além destas manifestações culturais tinham sido programadas, para o fim de cada dia, um espaço livre para as organizações interessadas organizarem debates e apresentação de filmes em vários pontos da cidade. Este tipo de pequenos eventos paralelos, muito comum em conferências internacionais, dá aos participantes interessados em temáticas específicas e às organizações com trabalhos a mostrar a possibilidade de se encontrarem. Nenhuma organização manifestou vontade de apresentar os seus trabalhos, com excepção do Omunga, que quis aproveitar o evento para lançar o DVD “Não Partam a Minha Casa”, realizado ao longo de 2010. No entanto, este evento não ocorreu como previsto.

O lançamento do DVD devia ter lugar inicialmente na Casa Ecológica do Huambo, posteriormente no Instituto Médio Agrário, onde se realizou a conferência, mas depois de se ter sido anunciado repetitivamente o lançamento na Rádio Mais, as direcções das duas instituições proibiram que o DVD fosse lançado. A direcção do Instituto tentou igualmente proibir os participantes de usarem t-shirts da campanha “Não Partam a Minha Casa” dentro do recinto das aulas, e pediram para tirar o carro das instalações a viatura que continha alusões à mesma campanha. A razão oficiosa dada a nível provincial foi que não havendo desalojamentos no Huambo, não era apropriado lançar a campanha na província, pelo que isso não deveria ter sido anunciado na rádio.

Este episódio criou infelizmente momentos de desconforto e tensão entre o grupo organizador da Conferência, que sentia não ter sido suficiente e atempadamente informado pelos organizadores da Campanha, para poderem evitar a confusão, e uma parte dos participantes à conferência que, no entanto, também não tiveram a iniciativa de propor uma tomada de posição oficial da CNCS sobre o assunto. No lado positivo, a publicidade do DVD junto dos participantes foi muito grande devido à situação e cada um recebeu uma cópia assim como uma t-shirt. A situação, permitiu também discutir sobre a função do protesto da sociedade civil e destes eventos e a importância de se escolherem lugares que facilitam estas discussões.

H. Encerramento

A mesa de encerramento da IV CNSC foi presidida pelo Eng. José Marcelino, Administrador Municipal do Huambo, tendo igualmente contado com a presença do Sr. Pacheco Ilinga, Coordenador do grupo da IV CNSC. As conclusões e recomendações da conferência foram lidas pelo Sr. António Sapalo, mas antes do acto de encerramento começar, o Sr. Inácio Gil Tomas, Coordenador da III CNSC, homenageou o Sr. Abílio Xavier, activista da sociedade civil angolana, presença regular nas conferências nacionais e grande lutador pelo reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência.

Discurso de Encerramento, Eng. José Marcelino, Administrador Municipal do Huambo



“[...] Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Despido de quaisquer conotações políticas, administrativas, religiosas e associativas, mas apenas como nós mesmos como cidadãos, realizámos a IV Conferência da Sociedade Civil angolana. Não podemos no entanto deixar de salientar que a mesma ocorre num momento particularmente importante da vida do nosso País, com o começo dos trabalhos da 2ª legislatura da Assembleia Nacional.

As mudanças operadas em toda a vida política, social e económica do País conduzem-nos a um processo nacional do reforço da democratização, da consolidação dos processos de descentralização e do assumir cada vez mais vinculativo do papel real das comunidades na gestão governativa, social e económica da República de Angola.

Ao longo dos últimos anos, pelos mais variados motivos que todos sobejamente conhecemos, houve várias limitações e condicionalismos, que impediram que realizássemos de forma eficiente, aberta e influente o nosso dever e direito de cidadania e as nossas responsabilidades como cidadãos.

Estas competências e atribuições pessoais, muitas das vezes, são exercidas de forma muito ideológica, teórica e consequentemente pouco eficaz. Criticamos, fazemos ecoar veementemente e em forma de protesto as nossas vozes, conhecemos, estão identificados e são visíveis os erros cometidos, mas na maior parte das vezes não propomos soluções práticas, realistas e exequíveis. O momento, o local e a forma de abordagem, são elementos que nunca podemos descurar pois, se assim o fizermos, pomos em risco a concretização de toda e qualquer acção, sugestão ou projecto que nos propúnhamos realizar.

Num dos muitos temas aqui discutidos foi frisado o ‘contexto angolano’ e nós achamos bastante importante este facto. O contexto africano e particularmente o angolano não podem nunca ser dissociados de toda e qualquer acção que vise o reforço do papel e influência da sociedade civil no desenvolvimento da República de Angola.

Por um lado, geralmente, a nossa acção e actividades, são baseadas em modelos importados de outros países e gente. Imperativos financeiros, exigências de doadores e muitas vezes até interesses financeiros, económicos e sociais, ditam a nossa conduta e forma de actuação.

Por outro lado, a passividade com que aceitamos a recusa, de quem tem o dever e a obrigação de zelar pelo cumprimento e aplicação das políticas sociais e governativas, de apoiar e colaborar com o projecto ou acção que propomos, só pelo facto de sermos uma unidade independente do poder político, administrativo e partidário, provoca e fomenta a debilidade da nossa afirmação como cidadãos, como homens e debilita e renega para segundo plano o nosso papel de intervenção no desenvolvimento e progresso do País em todas as suas vertentes.

Duma coisa nos podemos orgulhar. Não há, nenhum exemplo no mundo como o nosso. A guerra no nosso País terminou num dia. Apenas 24 horas bastaram para que num dia tivéssemos guerra, emboscadas, mortes, estradas cortadas e no dia a seguir estivéssemos em paz com circulação livre e nos reencontrássemos. Não conhecemos e pensamos não poder existir maior exemplo que este de humanismo, cidadania, harmonia, pacificação e maturidade.

Para terminar, depois de dois dias de partilha de ideias, discussões salutareas, troca de experiências, chegamos a muitas conclusões, fizemos muitas recomendações mas verificamos principalmente que o País é nosso, o País está a mudar, e o futuro começa hoje, aqui e agora.

Declaro assim encerrada a IV Conferência Nacional da Sociedade Civil.
Muito obrigado.”

VI. Anexos

A. Programa da conferência

Data Hora	Tema - Actividade	Objectivos Método	Responsáveis
16, Nov 9:00	Palavras de Boas Vindas/Registo Discurso de Abertura Apresentação do Programa		Dom José de Queirós Alves
9:30	O funcionamento das CNSC <ul style="list-style-type: none"> • Como funcionar • Como decidir • Quem deve decidir 	Balanço de processo anterior, definir regras e mandatos <ul style="list-style-type: none"> • Apresentação • Discussão em plenária 	Cesaltina Abreu Grupo coordenador
10:30	As decisões da III CNSC <ul style="list-style-type: none"> • Decisões e progresso • Lições a retirar 	Retomar as linhas de discussão e ver o que cumprimos <ul style="list-style-type: none"> • Apresentação • Grupos de trabalho 	Inácio Gil Tomás
11:15	Intervalo		
11:30	Reflexões e recomendações das conferências locais <ul style="list-style-type: none"> • Estatísticas de participação e processos locais • Temas e recomendações 	Dar uma visão global do que foi o processo preparatório <ul style="list-style-type: none"> • Três apresentações (grupos de províncias) • Debate em plenária 	J.Neves e Murielle 1. Luanda, Benguela, Huíla, Huambo 2. Lundas, Moxico e KuandoKubando 3. Cabinda, Zaire, Uíge, Kwanza-Norte, Malanje 4. Kwanza-Sul, Bié, Cunene, Namibe, Bengo
13:00	Almoço		
16, Nov 14:30	Direito à Terra e à Habitação <ul style="list-style-type: none"> • Dinâmicas urbanas • O desafio da Habitação 	Rever debates da III CNSC, actualizar, analisar processos, definir acções e mecanismos de as monitorar <ul style="list-style-type: none"> • Três palestrantes • Plenária curta • Grupos de trabalho • Plenária para aprofundar 	Moisés Festo José Patrocínio/AllanCain Arq. António Gameiro
16, Nov 17:00	Palestras, cursos e exposições	Permitir que pequenos grupos interajam em torno de temáticas várias	José Patrocínio

17, Nov 9:00	Participação na governação (temática, local, etc) <ul style="list-style-type: none"> • CACS • Participação da SC na implementação da Estratégia de Segurança alimentar • Espaços vários de participação • Integrando a acção a vários níveis 	Rever debates da III CNSC, actualizar, analisar processos, definir acções e mecanismos de as monitorar <ul style="list-style-type: none"> • Três palestrantes • Plenária curta • Grupos de trabalho Plenária para aprofundar	Belisário Santos Mbuta Pascoal/J.Agostinho David Tunga/Katyavala António Sapalo
10:30	Intervalo		
17, Nov 10:45	Transparência na gestão dos recursos públicos <ul style="list-style-type: none"> • Projectos e preparação do OGE • A monitoria do OGE • O combate à corrupção 	Rever debates da III CNSC, actualizar, analisar processos, definir acções e mecanismos de as monitorar <ul style="list-style-type: none"> • Três palestrantes • Plenária curta • Grupos de trabalho Plenária para aprofundar	Emílio Manuel (OSISA) Albertina Delgado? Hélio Nzage (CEJPaz) Frei Zeca - Mosaico
13:00	Almoço		
17, Nov 14:30	A preparação da V Conferência <ul style="list-style-type: none"> • Selecção de mandatos • Aprovação de planos de acção • Definição de mecanismos acompanhar 	Garantir mais sólidas linhas de acção futura	Grupo e Coordenação Nacional
16.00	Conclusão e Encerramento <ul style="list-style-type: none"> • Leitura e discussão das conclusões e recomendações • Discurso de encerramento 	Leitura e discussão de possíveis ajustamentos	
17, Nov 17:00	Palestras, cursos e exposições	Permitir que pequenos grupos interajam em torno de temáticas várias	

B. Homenagem ao Sr. Abílio Xavier

“Em 2009, em função da assumpção do Grupo de Coordenação por nós (Província de Benguela) houve necessidade de separarmos as responsabilidades, afim de nos dedicarmos exclusivamente com o processo nacional. Deste modo, foi constituído um Grupo de Coordenação da Conferência Provincial da Sociedade Civil, liderado pela LARDEF – Liga de Apoio à Reintegração dos Deficientes, na pessoa do companheiro Abílio Xavier, de feliz memória.

O ano de 2010 não começou bem para o nosso companheiro. A sua saúde não era boa, o que exigiu duas deslocações para a Republica da Namíbia, afim de debelar a doença de que padecia. E na segunda viagem, no dia 28 de Junho, o colega Abílio Xavier falece naquele País, e o seu funeral veio a realizar-se no dia 2 de Julho na Comuna da Catumbela.

Quem foi Abílio Xavier

O Abílio foi um activista cívico que dedicou grande parte da sua vida à luta pela observação dos direitos das pessoas com deficiência na Província de Benguela. Sob sua liderança foi implantada a LARDEF – Liga de Apoio à Reintegração dos Deficientes na Província de Benguela, foi desencadeado o processo de constituição da RAPED – Rede das Associações de Pessoas com Deficiência, da adaptação ou melhor, da inclusão de acesso às pessoas com deficiência nos projectos de construção civil e obras públicas (Estádios e campos no âmbito da realização do CAN, balcões de Agencias Bancárias, reabilitação de vias publicas das Cidades de Benguela e Lobito) entre outras.

Com a sua interacção ao nível dos trabalhos do Grupo de Coordenação Provincial de Benguela aprendemos a compreender e conhecer os seus direitos, que muitas vezes violávamos, ainda que de forma inconsciente. Estamos todos nós, os de Benguela, lembrados do episódio que ocorreu aquando da realização da 1ª Conferencia Provincial da Sociedade Civil, em que elegemos a sala de conferências da Emissora Provincial de Benguela. O Companheiro Abílio rompeu a barreira arquitectónica (escadas convencionais) para, naquela sala reivindicar a descriminação que se estava a registar, com a eleição daquela sala.

Entretanto, da relação inicial de confrontação e, graças à abertura para o diálogo, passamos para a relação de cooperação.

O que está a ser dito aqui não é apenas para elogiar aquele que já não está entre connosco neste mundo, mas é uma tentativa de descrever a acção quotidiana de um cidadão que ao longo da sua curta passagem neste mundo, lutou para que as pessoas deficientes sejam vistas como cidadãos nacionais com os mesmos direitos e deveres que a Constituição garante.”

C. Resumo do relatório financeiro

Funds received from the donors

Date	Donor	Amount in US\$	Amount in € changed to US\$	Remarks	Expenses to donors	justified	missing/over-justified
30/08/2010	IBIS	\$ 10,000.00			IBIS	\$ 10,002.45	\$ 2.45
12/10/2010	IEPALA	\$ 27,646.04	\$ 21,167.00		IEPALA	\$ 25,398.90	
29/12/2010	Uige	\$ 2,370.00		on Kz bankaccount: 232.340,=			
	Accomodation paid by DW, CRS, Coordination Zaire, Jorge Trula	\$ 3,766.00		cash at conference	other costs conference	\$ 3,766.00	
					exchange gain IEPALA	\$ 2,247.14	
28/10/2010	Embassy of Norway	\$ 33,934.28			Embassy of Norway	\$ 28,989.69	\$ -4,944.59
08/11/2010	ADRA Benguela	\$ 7,967.80		Tranfer of funds from 3rd CSC.	ADRA Benguela	\$ 15,987.03	\$ 840.56
08/11/2010	ADRA Benguela	\$ 7,178.67	\$ 5,495.00	Tranfer of funds from 3rd CSC.			
15/11/2010	ADRA National	\$ 5,000.00			ADRA National	\$ 5,000.57	\$ 0.57
10/12/2010	Embassy of Holland	\$ 20,133.00			Embassy of Holland	\$ 20,133.00	\$ -
27/12/2010	Cordaid	\$ 12,246.69	\$ 9,323.00		Cordaid	\$ 13,000.15	\$ 753.46
					other costs conference	\$ 2,716.00	
	total received	\$ 130,242.48			Subtotal	\$ 127,240.93	\$ -3,347.55

NOTES:

- 1 The contract with IEPALA states a fixed exchange rate. The exchange gain was used to cover other costs. Budgeted gender expert funds were not used at national CSC. The Norway Embassy will be reimbursed for 4944.59 USD or on their request the balance will be forwarded to the 5th CSC.
- 2
- 3 DW will cover the difference between income and expenses, 1943.04 USD. 127,240.93 USD expenses + 4944.59 USD reimbursement = 132,185.52 USD.
- 4 Amounts arriving in EUR have been changed to USD.
- 5 All donors will receive PDF copies of the Narrative report and PDF copies of their individual financial reports.

- 6 Each donor financial report in soft copy is part of this report.
- 7 Moxico Province has received 3150 US\$ via the bank, but has until today (April 14th 2011) not send their justification to DW Huambo.
- 8 All original receipts are archived at the DW Luanda office and form part of DW's annual audit

Contributions by DW

Luanda Muni. and Prov.		
Conference	\$	14,376.00
salary Pacheco	\$	40,362.77
salary Bernardete	\$	14,080.48
rent office	\$	14,740.00
TOTAL	\$	83,559.25

Contributions by others

Namibe	\$	7,294.05
--------	----	----------

D. Conclusões e recomendações das conferências provinciais

Província	Município	Datas	Nº de Participantes	Temas tratados
Bengo		26-27 Outubro	42	A; D; Z; W; R; AA
Benguela		X	X	
	Cubal	?	?	
	Ganda	?	?	
	Baia Farta	?	?	
Bié		22 Outubro	53	A; C; E; S
	Andulo	28 Setembro	50	??
	Nharea	1 Outubro	51	??
	Chitembo	3 Outubro	51	??
Cabinda		??	134	
	Cacongo	2 Setembro	??	A; B; C; E; G; M; N; O; P
Cunene		X	X	
Huambo		27 Outubro	64	A; B; C; D; E; F
	Bailundo	1 Outubro	??	A; B; C; G; H
	Caala	20 Agosto	39	A; B; C; G; H
	Ekunha	10 Agosto	35	A; C; G
	Longonjo	15 Outubro	??	A; B; D;
	Chicala	?	?	
Huíla		28-29 Outubro	92	
	Kaluqembe			
	Gambos			
	Humpata	?	?	
	Cacula	?	?	
K. Norte		3 Setembro	50	A; B; C; E; T; U
K. Sul		9-10 Novembro	71	A; B; H; P
K.Kubango		10 Novembro	42	A; C; E; P; W
Luanda		8-9 Novembro	108	C; D; T; X; Y
	Cazenga-Sambizanga-Rangel			
	Maianga-Samba-Ingombota			
	Cacuaco			
	Kilamba-Kiayi			
	Viana			
L. Norte		X	X	
L. Sul		9 Novembro	93	W; BB
Malanje		13-14 Outubro	82	A; B; C; I; J; K; L; M
	Malanje	14 Setembro	??	G; H; J

	Kangandala	31 Agosto	20	A; C; G; H
Moxico		??	80	
Namibe		5 Novembro	30	E; I; B
Uígee		4 Novembro	87	A; C; G; Q; R
Zaire		29-30 Outubro	40	B; C; V; W
	M'Banza-Congo			
	Soyo	??	??	??
	Kuimba	??	??	??

- A. Desconcentração Administrativa e Descentralização**
- B. Terras**
- C. Participação dos Cidadãos nas Políticas Públicas**
- D. Criança**
- E. HIV-SIDA**
- F. Integração Sócio Profissional de Pessoas com Deficiência**
- G. Desafios ao Desenvolvimento**
- H. Estratégia Nacional de Segurança Alimentar**
- I. Participação da Mulher na Vida Pública**
- J. Trânsito Rodoviário e suas Implicações**
- K. Política Habitacional do Estado**
- L. Mecanismos de Prestação de Contas dos Servidores Públicos**
- M. Lei da Probidade Pública**
- N. Eleições**
- O. Políticas Portuárias**
- P. Educação**
- Q. Direitos Económicos e Sociais**
- R. Dinâmicas da Sociedade Civil**
- S. Valores morais e Éticos**
- T. Questões Estruturantes da Constituição**
- U. Planos de Urbanização**
- V. Imigração Ilegal**
- W. Violência Doméstica**
- X. Combate à Pobreza**
- Y. Organização da Sociedade Civil**
- Z. Acesso à Justiça**
- AA. Micro-Crédito**
- BB. Suicídio**

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES POR TEMA

A. **Desconcentração Administrativa e Descentralização**

a. Conclusões

- O decreto 02/07 que contempla o funcionamento de CACS (Conselhos de Auscultação e Concertação Social) são nestes espaços onde os cidadãos devem participar para as tomadas de decisão para os processos de desenvolvimento e isso pode se efectivar através da participação das organizações que representam cidadãos. **HUAMBO**
- Verifica-se que os CACS em alguns municípios ainda não funcionam e isso pode significar que os cidadãos não estão a contribuir para o desenvolvimento. **HUAMBO**
- Se torna importante a necessidade de as OSC terem representantes para os diversos fóruns. **HUAMBO**
- O processo de descentralização culminará então no facto de que os gestores municipais deverão ser eleitos perspectivando neste caso as autarquias. **HUAMBO**
- Que não é fácil fazeres reflexão sobre o poder local, porque Angola não vive a realidade, apesar de estar legislado **MALANJE**
- O funcionamento do poder local só poderá ter corpo depois das primeiras eleições autárquicas **MALANJE**
- Apesar de o processo de Descentralização e desconcentração estarem legislado e em curso no País, nota-se ainda a fraca implementação na província, sobre tudo no concerne a realização regular dos (CACS) Conselhos de Auscultação e Concertação Social. **UÍGE**
- Os poucos que são realizados não têm assumido o seu verdadeiro papel e sentido conforme o legislado no Decreto-lei 02/07 de 3 de Janeiro. **UÍGE**
- Que a nossa lei nos apresenta espaços de diálogo e concertação com as Administrações Locais, tais como os CACS e os Fóruns, que devemos aproveitá-los ao máximo; **KWANZA NORTE**
- A Administração Publica é de todos nós e não simplesmente dos governantes, dai a necessidade de procurarmos estar informados sobre os diversos assuntos ligados sobre a mesma **KWANZA SUL**
- A capacidade dos Administradores e do seu elenco, as debilidades no sistema de gestão de terras e recursos económicos, a fraca capacidade de planeamento e estatística das Administrações, a fraca circulação e partilha de informação entre os diferentes órgãos do Estado e a alocação de Verbas a tempo por parte das estruturas centrais são os grandes desafios que se colocam no processo de desconcentração local. **KWANZA SUL**
- Os responsáveis (líderes) assim como a população ainda não estão preparados para ouvirem a verdade. **KWANZA SUL**

b. Recomendações

- A sociedade civil deve organizar-se para que se possa representar, representando os cidadãos, nos locais e espaços de diálogo. **HUAMBO**
- Deve haver maior interacção entre as organizações da sociedade Civil e as administrações do estado. **HUAMBO**

- Os municípios devem preparar os planos de desenvolvimento com a contribuição dos cidadãos HUAMBO
- As organizações devem aclarar que mecanismos são viabilizados pelo estado para interacção dessas com o estado servindo os interesses dos cidadãos e neste período que órgão deverá ser o interlocutor para as questões dos CACS. **HUAMBO**
- É importante que se desenvolvam trocas de experiencia com outros países estrangeiros nas questões de governação local principalmente os países de língua oficial portuguesa de língua portuguesa. **HUAMBO**
- A Clarificação de papéis entre sociedade civil e Estado é outra recomendação. **HUAMBO**
- Para que a Sociedade Civil defenda com propriedade os seus fundamentos é imperativo que conheça as leis, com particular realce a lei nº 17/10, lei que regula o funcionamento da Administração Local do Estado. As OSC devem participar na regulamentação desta nova lei. **HUAMBO**
- A regulamentação da lei sobre o poder local **MALANJE**
- A divulgação da lei sobre o poder local, junto dos cidadãos (município, comunas, aldeias), de modo a facilitar o entendimento do funcionamento da administração e o poder local **MALANJE**
- Que se capacite os vários actores de desenvolvimento em matéria dos CACS. **UÍGE**
- Que haja participação máxima dos cidadãos abordagem na abordagem dos mesmos é um que a participação deve ser activa falando da descentralização e desconcentração. **BIE**
- Que as Administrações Municipais colaborem com a sociedade Civil na elaboração dos projectos Municipais e que envolva e se for possível colar em ponto grande nas suas administrações o Orçamento geral do Governo e os seus devidos Gastos. **BIE**
- Ao mesmo tempo que a sociedade civil faz chegar as comunidades porque as populações vão perguntar o que e isso o que a descentralização e a descontração administrativa. **BIE**
- Ai onde aparece o papel da sociedade civil levar estas recomendações onde tiver o cidadão. **BIE**
- E quando tratou-se também a estratégias da lei mãe do pais que e a constituição do pais transferência do poder administrativo local e a fiscalização dos recurso humanos administrativos. **BIE**
- Sobretudo a passagem de poder ou transferência de funções nas entidades locais. **BIE**
- Que as principais leis do País, tais como: Constituição, Decretos, e outros documentos que regem o País tinha que ser distribuídos nas igrejas e em todas as localidades onde o cidadão vive, porque a maioria da população desconhece as leis da Nação Angolana. **BIE**
- A sociedade Civil deve envidar esforços para passar esta mensagem a todo cidadão que se encontram no interior nas áreas mais recendidas que não têm acesso a comunicação social a nível do País. **BIE**
- Que o Governo seja mais sensível para que autorize a abertura da Rádio Eclesial a Nível Nacional já que vai se abrir em algumas províncias breve mente, em vez de umas já que em Luanda existe outras Rádios privadas onde o Cidadão possa se expressar livremente sem receios. **BIE**

- Que se realizem Fóruns ao nível das Comunas e Municípios para daí saírem os representantes legítimos das comunidades a participar no CACS, levando ideias concretas e falando em nome da mesma que o delegou; **KWANZA NORTE**
- Deve haver maior diálogo e articulação entre o governo e as organizações da sociedade civil na resolução de problemas sociais; **KWANZA SUL**
- Maior capacitação das administrações municipais e comunais sobre gestão e boa governação; **KWANZA SUL**
- A capacitação dos quadros da administração deve ser para todo colectivo da mesma e de forma contínua; **KWANZA SUL**
- A alocação das verbas pelo governo central deve ser feita no início de cada ano fiscal; **KWANZA SUL**
- Elaboração de perfis municipais e planos de desenvolvimento a longo prazo; **KWANZA SUL**
- Promoção de fóruns municipais com a participação da sociedade civil; **KWANZA SUL**
- Maior divulgação e cumprimentos das leis por diferentes actores governamentais e da sociedade civil; **KWANZA SUL**
- Que haja equidade na distribuição e implementação dos projectos sociais a nível dos municípios e comunas. **BENGO**

B. Terras

a. Conclusões

- Presença de ONG's com trabalho de base comunitário de educação sobre a lei de terras e promoção da auto organização. **HUAMBO**
- A sociedade civil confronta-se com o desafio de regularização das terras em especial realce aqui para as terras rurais. **HUAMBO**
- As instituições competentes para as questões de legalização de terras não têm dado o devido tratamento aos processos são os casos de aldeias cujos processos se encontram a demasiado tempo sem aval positivo para a deliberação do título de propriedade comunitário. **HUAMBO**
- As requalificações são necessárias mas devem cumprir com o que está estabelecido por lei, principalmente o aspecto da participação e devem ser salvaguardados os direitos dos cidadãos, tornando mais inclusiva. **HUAMBO**
 - Os conflitos de terras estão aumentar; **MALANJE**
 - Há uma insegurança fundiária dos mais pobres **MALANJE**;
 - A evolução fundiária em Angola é volátil e complexa; **MALANJE**
 - Existem vários actores na governação e gestão de terras e há confusão ou sobreposição de papéis, para além das deficiências técnicas, de políticas inadequadas e da ilegalidade;
 - Criminalização da população e a população não sabe onde e como se queixar; **MALANJE**
 - Há mais concessões de terras para privados do que delimitação para as comunidades **MALANJE**;

- Há um incumprimento sistemático e recorrente das leis como fonte de conflitos pelos tomadores de decisões e pelos utilizadores **MALANJE**.
- Obrigação ou aliciamento aos sobas para emitirem pareceres sem o conhecimento da comunidade. **MALANJE**
- Empresários nacionais ou estrangeiros evadem terrenos com comunidades. **MALANJE**
- Ocupações desenfreadas de terrenos ao longo das principais saídas das cidades, sem prévia regulação ou legalização, em alguns casos com investimentos, para forçar a sua legalização ou assegurar indemnizações em caso de necessidades para investimentos públicos. **MALANJE**
- Simulações de interesses públicos para satisfazer interesses privados **MALANJE**
- Desalojamentos forçados de comunidades sem possibilidade de negociação e indemnização. **MALANJE**
- Que a terra é propriedade originária do Estado que pode trespassar para um particular para uso efectivo, e que o mesmo a pode expropriar mas deve dar ao cidadão uma indemnização justa. **KWANZA NORTE**
- Não se pode falar de Reservas de Terra sem Ordenamento do território, uma vez que a constituição, a ocupação, a exploração e a transmissão de Terra passa pelo Ordenamento do Território. **KWANZA SUL**
- Os conflitos de Terra têm sido gerados muitas vezes pelo facto de não se saber até onde termina a extensão das zonas urbanas e até onde começa a extensão das zonas rurais. **KWANZA SUL**
- As Instituições de direito devem assumir as suas responsabilidades no processo de demarcação e titulação de terras rurais comunitárias para que as mesmas não sejam ocupadas pelos fazendeiros como tem acontecido com grande parte delas. **KWANZA SUL**
- Há terras nas zonas rurais que estão ocupadas por pessoas que nunca viveram e não vivem nessas zonas. Grande parte das mesmas não está a ser trabalhada, mas sim ocupadas sob pretexto de que os camponeses não estão a fazer o seu uso útil e efectivo. **KWANZA SUL**

b. Recomendações

- A sociedade civil deve unir esforços para exercer influência a assembleia nacional para prolongar-se o tempo concedido para legalização das terras. **HUAMBO**
- Aproveitar os espaços de discussão sobre os materiais de construção para a valorização de construção com adobes e outros materiais considerando a durabilidade dos mesmos e valorização de recursos locais a exemplo do que muitos países fazem. Realça-se que este tema faça parte da próxima conferência. **HUAMBO**
- Devem se envidar esforços para tradução da lei de terras no sentido de que o teor nela constante possa ser entendido pelas comunidades rurais e servir de apoio a resolução de problemas com terras relacionados. A sociedade civil deve ter na agenda a questão das terras rurais. **HUAMBO**
- Quanto a construção de casas apela-se a fiscalização efectiva pelos técnicos competentes no sentido da boa urbanização em implementação na província. **HUAMBO**
- As requalificações e desalojamentos devem ser feitos da melhor forma possível sobretudo respeitando a vida e as condições da área a serem depostas. **HUAMBO**

- As organizações da sociedade civil devem jogar um papel importante no processo de estabelecimento e surgimento de redes sociais no domínio fundiário. **HUAMBO**
- **A NÍVEL DO GOVERNO**
 - Ao Governo prime por uma **planificação sequencial** – planos de ordenamento do território, planos directórios, planos de urbanização e planos de infra-estruturação;
 - Proceder ao re-cadastramento;
 - Criar espaços institucionais e inter-sectoriais para abordagem da temática;
 - Clarificação de papéis e responsabilidades entre os actores;
 - Promover reflexões e debates a nível dos CACS. **MALANJE**
- **Que a sociedade civil (SC) deve trabalhar junto com o Estado e advogar para os mais desfavorecidos e isto implica:**
 - *Compreender a complexidade da situação;*
 - *Empreender a acção colectiva e advocacia;*
 - *Criar sistema de monitoria de conflitos;*
 - *Potenciar a informação e comunicação;*
 - *Aprender pela acção.***MALANJE**
- **A nível das comunidades:**
 - *Acesso à informação e ao conhecimento;*
 - *Aproveitar os CACS para discutir os seus problemas;*
 - *Garantir-lhes a assistência jurídica;*
 - *Devem solicitar a delimitação de suas terras* **MALANJE**
- Que os membros da Sociedade Civil façam campanhas de sensibilização junto das populações sobre o plano de urbanização, explicando a Lei de Terras, as vantagens de adesão ao projecto e o ponto de situação do mesmo, ou então, promover espaços de diálogo entre a população e os responsáveis do projecto na Província; **KWANZA NORTE**
- Advogar o cumprimento das legislações angolana na salvaguarda dos direitos do cidadão, sobretudo na questão da terra **ZAIRE**
- Que é necessário que as populações se preocupem em legalizar os terrenos na qual foi-lhes concedido pelo estado; **KWANZA SUL**
- Continuar com maior ênfase na divulgação da lei de terras a nível municipal; **KWANZA SUL**
- Incentivar as comunidades no sentido de legalizarem as terras comunitárias, com base na lei vigente; **KWANZA SUL**
- Capacitar as autoridades tradicionais em matéria da lei de terras; **KWANZA SUL**
- Que haja maior envolvimento das administrações municipais e comunais na legalização das terras comunitárias, para evitar-se burocracias exageradas; **KWANZA SUL**
- Que se faça um levantamento nos municípios sobre as questões relacionadas com os conflitos de terras. **BENGO**

C. Participação dos Cidadãos nas Políticas Públicas

a. Conclusões

- O direito de participação dos cidadãos está presente na nossa Constituição. **HUAMBO**
- A sociedade civil é parceira do estado na promoção do desenvolvimento assim como outros actores como o sector privado. **HUAMBO**
- As formas de participação ainda em alguns casos são vistos ou entendidos como momentos de passagem de informação aos cidadãos e não auscultação das opiniões para os diversos projectos públicos. **HUAMBO**
- Que existe limitações ao exercícios deste papeis, pelo facto de:
 - Democracia frágil e limitada por uma visão formal e redutora
 - Distanciamento das instituições do estado em relação aos cidadãos
 - Desigualdade de condições e de oportunidades descriminando larga porções da sociedade
 - Existência de amplo segmento da população sem voz nem visibilidade
 - Questionou-se a representatividade da sociedade civil através da escolha do administrador ou do governador **MALANJE**
- Os CACS precisam de Planos para não se tornarem em espaços de debates furtivos **MALANJE**
- Não existe um modelo único, cada caso é um caso **MALANJE**
- As organizações da Sociedade Civil não têm merecido o apoio necessário de forma a contribuírem para o desenvolvimento das comunidades mais carentes. **UÍGE**
- A realização da III conferência da Sociedade civil na província, é um indicador efectivo da maturidade adquirida pelas organizações partes deste sector. **UÍGE**
- Contribuições recíprocas contudo podem dizer que a sociedade civil e um grupo de pessoas organizadas com o propósito de ajudar o Governo com diferentes ideias, propostas, soluções e recomendações. **BIE**
- Recomendam que as suas preocupações cheguem a quem de direito e resolverem os problemas dos Cidadãos. **BIE**
- Assim é necessário fortalecer a capacidade dos membros da Sociedade civil nos seus programas sociais, nos recursos humanos, e na transparência da Gestão financeira e no seu papel. **BIE**
- Que é necessário que todos nós tomemos consciência que a nossa cidadania deve ser conquistada e reclamada, através dos direitos civis /políticos e económicos/sociais; **KWANZA NORTE**
- Que já foi lançado ao nível de todo o país o Projecto da CEAST de Monitoria Social, e que serão criadas e treinadas ao nível de todas as dioceses equipas locais para a monitoria social; **KWANZA NORTE**
- Que tem havido um bom diálogo com o executivo e um grande apoio moral e material nas actividades das OSC, reafirmado pelo financiamento total pelo Governo da Província das duas conferências municipais e da Provincial da Sociedade Civil; **KWANZA NORTE**

- Todos estamos num jogo onde cada um deve carregar a sua bandeira e a sociedade civil deve preservar os princípios da participação e inclusão para influenciar as políticas públicas. **LUANDA**

- A paz deve constituir um factor de motivação para que a sociedade civil possa fazer uma advocacia mais actuante no que diz respeito à resolução dos problemas que afligem as comunidades vulneráveis. **LUANDA**
- A verdadeira democracia só será praticada quando as comunidades de base exercerem o direito de influenciar a maneira como os serviços são prestados. **LUANDA**
- A Sociedade Civil não pretende ser antagónica ao governo mas sim garantir que as políticas públicas contribuam para a melhoria da vida das comunidades. **LUANDA**

b. Recomendações

- A Sociedade Civil deve arranjar espaços para dialogar com os deputados que são os representantes dos cidadãos na Assembleia Nacional para advogarem sobre os problemas mais candentes das pessoas que representam. **HUAMBO**
- Deve-se trabalhar conjuntamente entre organizações para fortalecer as actividades de todas nos variados domínios pois que a dinâmica da sociedade civil é um contributo claro na redução da fome e da pobreza que são condicionantes para a participação dos cidadãos conforme se verifica em alguns casos. **HUAMBO**
- As opiniões da Sociedade Civil devem ser claras quanto a sua contribuição para o desenvolvimento local, isso exige então o reforço das capacidades organizacionais para a prossecução das actividades de mudança de consciência e fortalecimento das capacidades de interacção com outros actores. **HUAMBO**
- Reforçar o mecanismo de boa governação nas nossas ONGs de forma a ganhar uma maior legitimidade para exigir boa governação dos outros actores **MALANJE**
- Promover um sistema eficaz de comunicação e de troca de experiencia Malanje
- Promover, uma cultura de horizontalidade nos CACS, sem hierarquia, medo para uma discussão desapaixionada e sem censura **MALANJE**
- Assegurar a realização dos CACS, assente uma abordagem ética, de transparência, honestidade e de prestação de conta **MALANJE**
- A criação de outros espaços, para abordagem dos problemas da comunidade e não limitando apenas nos CACS **MALANJE**
- Que o Governo valorize o papel da Sociedade Civil local na província. **UÍGE**
- Necessidade de se melhorar cada vez mais a funcionalidade das organizações da sociedade civil, de forma a superar uma vez para sempre a característica de emergência. **UÍGE**
- Necessidade de se prestar especial atenção a vida das populações sobretudo nas zonas mais recônditas das províncias. **UÍGE**
- Que o governo seja flexível no atendimento de micro-projectos, instruindo de certa forma os beneficiários as formalidades necessárias para o acesso a micro créditos de agricultura. **UÍGE**
- Necessidade de o Governo criar formalidades para apoio das acções promovidas pela sociedade Civil. **UÍGE**

- Que os órgãos de comunicação social se envolvam e difundam as actividades promovidas pela Sociedade Civil na província **UÍGE**
- Que se crie um jornal local na província do Uíge. **UÍGE**
- Necessidade de se emancipar o desporto na Província UÍGE
- Que sejam criadas estratégias para o combate a delinquência juvenil. **UÍGE**
- Que a **Sociedade civil a nível nacional** influencie o Governo Central para monitorar a funcionalidade dos CACS, sendo uma das oportunidades de participação do cidadão na Governação local **UÍGE**
- Que os **grupos de coordenação a nível das províncias** promovam encontros trimestrais para avaliar a efectividade dos Conselhos de Auscultação social **UÍGE**
- Os participantes a Conferencia recomendam que haja o fortalecimento e o seguimento da sociedade civil na realização destas conferências não esperando só por Conferencias anuais. **BIE**
- Recomendam que deve uma programação de calendário para fazer os seus acerto concernente aos debates e trocas de ideias. **BIE**
- Constituição dos Núcleos da Sociedade Civil em todos Municípios, para facilitar a troca de ideias e experiencias **BIE**
- Que se continue o permanente diálogo e a interacção da Sociedade Civil entre elas e com o Governo na resolução dos problemas das populações; **KWANZA NORTE**
- Que se criem ao nível da Diocese as Equipas de Monitoria Social o mais brevemente possível, no sentido de se poder fazer avaliações periódicas do desenvolvimento integral e sustentável das comunidades; **KWANZA NORTE**
- Que as sucessivas conferências dediquem tempo a analisar e estudar os progressos, sucessos e retrocessos do processo, através das conclusões e recomendações das conferências passadas; **KWANZA NORTE**
- Que se criem dentro do grupo de coordenação mecanismos de monitoria das recomendações das Conferências; **KWANZA NORTE**
- Que se fortaleça ao nível do Grupo de Coordenação Nacional a ligação em rede os vários grupos de coordenação provinciais, com listas actualizadas dos endereços electrónicos dos coordenadores das várias províncias. **KWANZA NORTE**
- Incentivar o surgimento de fóruns a nível de todos municípios, como mecanismo de socialização entre as diferentes organizações das sociedades e articulação com as autoridades locais; **ZAIRE**
- Deve-se reforçar a capacidade em todos os domínios das organizações da Sociedade civil local de maneira a tornarem-se mais forte e actuante tendo em conta os novos desafios do país; **ZAIRE**
- Incentivar o executivo local na promoção do crédito agrícola e acesso aos serviços sociais (água, saúde, habitação e educação) como forma de combater a pobreza e melhor o nível de vida das populações. **ZAIRE**
- Que as empresas petrolíferas, tenham maior atenção no enquadramento de pessoal local e que a língua inglesa não seja um factor determinante para este acesso. **ZAIRE**

- Que as empresas que operam na província do Zaire no âmbito da responsabilidade social, apoiem as ONGs locais no sentido de executarem os seus projectos. **ZAIRE**
- Advogar junto das autoridades locais, para o funcionamento dos CACS a nível de toda província e que a sua funcionalidade seja feita com base na lei. **ZAIRE**
- Deve recorrer-se à petição sempre que os DESC (direitos económicos, sociais e culturais) e os Direitos políticos e civis forem violados, por ter se revelado uma das ferramentas mais eficaz na advocacia. **LUANDA**
- Os conferencistas incentivam a participação de forma colectiva em relação aos vários problemas comuns (habitação, subida do táxi, água, serviços básicos, etc.) e evitar o individualismo. **LUANDA**
- Necessidade de aproveitar a legislação e os diferentes espaços de participação existentes para consolidar as iniciativas da sociedade civil. **LUANDA**
- Que a Sociedade Civil reflecta sobre os mecanismos de uma participação efectiva na elaboração dos orçamentos municipais principalmente com base nas prioridades locais. **LUANDA**
- Deve fazer-se um levantamento periódico das políticas públicas do governo, analisa-las e promover reflexões sobre o impacto destas políticas na vida do cidadão. **LUANDA**
- Encontrar mecanismos que assegurem a participação da sociedade civil nos programas do desenvolvimento da província á todos os níveis (CACS) **KUANDO-KUBANGO**
- Advogar sobre o acesso da Sociedade Civil na participação dos Projectos do Governo a nível da Província em conformidade a Lei 17/10 de 29 de Julho. **KUANDO-KUBANGO**
- Solicitar ao Governo da Província maior abertura à participação dos Representantes da Sociedade Civil local no CACS. **KUANDO-KUBANGO**

D. Criança

a. Conclusões

- A situação da criança na província do Huambo apresenta-se ainda com um quadro que merece a atenção de todos, do Estado, da Sociedade Civil do sector privado. **HUAMBO**
- Existem aldeias onde ainda não existe uma escola, um posto de saúde para atender a demanda das crianças. **HUAMBO**
- Muitos lares são verdadeiras oficinas de violência contra a criança a vários modos. Associada a fraca cultura de denúncia nada é feito sobre isso. **HUAMBO**
- Algumas crianças com deficiência têm sofrido com o comportamento dos pais que os controlam trancando-os em quartos deixando apenas que saiam para ir a escola. **HUAMBO**
- Os 11 compromissos da criança são uma assumpção do governo no âmbito dos esforços para garantir a criança tudo que ela merece. **HUAMBO**
- A garantia dos direitos da criança deve ser partilhada entre o governo e a Sociedade Civil. **HUAMBO**
- Existem nas províncias, nos municípios e nas comunas conselhos da criança que velam pelas questões das crianças mas que precisam de melhorar a sua actuação. **HUAMBO**

b. Recomendações

- Recomenda-se que os conselhos da criança criados para actuarem para a resolução dos principais problemas que se relacionam com as mesmas sejam funcionais na realidade, fazendo acompanhamento e monitoria das acções. **HUAMBO**
- É necessário capacitar os técnicos nos municípios e nas comunas para tratarem das questões relacionadas com as crianças e melhorar as condições de trabalho dos mesmos garantindo os meios necessários para o efeito. **HUAMBO**
- Recomenda-se as várias organizações da SC a cultivarem a prática da denúncia no seio dos cidadãos por formas a que as acções de violência contra a criança sejam tratadas por instituições e pessoas competentes. **HUAMBO**
- Para que a criança entre no Orçamento Geral do Estado as instituições que trabalham com crianças devem realizar estudos e juntos com as SC as instituições do estado devem planificar em relação a dados concretos sobre a situação da criança. **HUAMBO**
- O INAC, MINARS e SC devem definir conjuntamente estratégias para acabar com crianças de rua e na rua fortalecendo as capacidades das instituições pertinentes a criança assim como a sociedade no geral deve mudar a forma de se solidarizar com as mesmas. **HUAMBO**
- Deve incluir-se cada vez mais crianças sem distinção de raça, estado físico, etc. nos processos de desenvolvimento munindo-as de ferramentas que os 11 compromissos prevêem. **LUANDA**

E. **HIV-SIDA**

a. Conclusões

- A questão do HIV-SIDA é actual e merece a maior atenção da sociedade principalmente tendo em consideração as vidas que a epidemia já ceifou. **HUAMBO**
- A mulher biologicamente é mais vulnerável a contracção do vírus doVIH. **HUAMBO**
- Em alguns países Africanos os factores étnicos e culturais colocam a mulher em risco directo na contracção da infecção. **HUAMBO**
- Que há um grande esforço que está a ser desenvolvido pelos activistas na luta contra o VI, na sensibilização da população para aderir ao teste voluntário, ao aconselhamento e ao tratamento com retrovirais; **KWANZA NORTE**
- Que há uma aumento significativo do nível de seroprevalência da doença (VIH) na província, com uma grande preocupação para os Municípios de Samba Caju, Cambambe e Cazengo; **KWANZA NORTE**

b. Recomendações

- Devem ser realizadas actividades pelas instituições no sentido de desacreditar mitos crenças, tabus que põem em risco as pessoas em relação a contracção do vírus da SIDA melhorando a qualidade da comunicação em relação a epidemia. **HUAMBO**
- Para tratar as questões sobre a concepção do VI a sociedade deve empoderar as mulheres e envolver os homens no processo de mudança pois em muitos contextos o comportamento dos homens tem incentivado o processo de contágio **HUAMBO**

- As questões sobre o VIH precisam de apoio jurídico principalmente considerando que as pessoas infectadas são muitas vezes descriminadas pelos familiares, chefes de trabalho e amigos. **HUAMBO**
- Torna-se pertinente que se desenvolvam acções no sentido de garantir seguro, segurança social, emprego, educação, apoio jurídico e habitação, garantir condições essenciais para a vida as pessoas infectadas. **HUAMBO**
- Recomenda-se que as pessoas partam para a análise de seu estado serológico pois enquanto não se obter resultados de análises laboratoriais existe o risco de se estar infectado. **HUAMBO**
- A Sociedade Civil deve influenciar no sentido de contribuir para políticas que reduzam o crescimento da epidemia, ela a SC deve contar do plano da província de combate ao SIDA. **HUAMBO**
- A nível das administrações locais deve haver respostas financeiras a nível municipal e comunal para responder as questões sobre o VIH-SIDA. **HUAMBO**
- Quea Direcção da Família e P. da Mulher faça palestras em todas as comunidades da Província para debates com as autoridades tradicionais, igrejas, sindicatos, Ongs e associações da sociedade civil. **BIE**
- Pede-se às igrejas no sentido de evangelizar e educar as famílias para optarem pelo diálogo das famílias, sobretudo na educação dos filhos. **BIE**
- Dever-se-á incentivar as aulas de alfabetização, com vista a diminuir o analfabetismo no seio das famílias e potenciar as famílias economicamente. **BIE**
- Que o Governo tome medidas dos pais que fogem a paternidade **BIE**.
- Se for possível as autoridade tradicionais que retome o seu poder com firmeza para que possamos voltar no tradicionalismo (Ukumbi) de castigar aqueles violam os direitos das suas mulheres e se calhar dos seus maridos. **BIE**
- Os participantes recomendam que o nosso governo não admita os casamentos homossexuais já que não faz parte da nossa cultura. **BIE**
- Que as organizações afiliadas à ANASO continuem a estreitar relações para articular as suas iniciativas umas com as outras, para trabalharem mais organizadas e ter uma intervenção mais eficaz na luta contra o VIH; **KWANZA NORTE**
- Que os activistas do VIH procurem sempre o aconselhamento jurídico, psicológico e médico especializado para questões sensíveis sobre a problemática do SIDA; **KWANZA NORTE**
- Relativamente aos Dados apresentados da sero prevalência do HIV/SIDA com maior índice nas mulheres, recomenda-se que se desenvolvam programas de sensibilização nas comunidades (escolas, igrejas, mercados etc...) para incentivar os homens a aderirem a Testagem Voluntária. **KUANDO-KUBANGO**
- O Governo deve Continuar a afectação de recursos financeiros e humanos para combater a pandemia. **NAMIBE**
- Alargar os serviços de saúde a todos níveis (Municípios, Comunas, Bairros, Aldeias, Sanzalas e Kimbos). **NAMIBE**
- Fazer funcionar em pleno A Comissão Provincial do Sida definindo as bases de actuação. **NAMIBE**

- Criar clubes sociais nas escolas para palestras e debates sobre o VIH e SIDA, formando activistas para o efeito. **NAMIBE**
- Promover campanhas de testagem voluntaria nas escolas, empresas e outros serviços para todos voluntariamente saberem o seu estado de sero -prevalência. **NAMIBE**
- Trabalhar na disseminação das informações em línguas locais (Línguas Nacionais). **NAMIBE**

F. Integração Sócio Profissional de Pessoas com Deficiência

a. Conclusões

b. Recomendações

- As organizações da Sociedade Civil devem desenvolver acções para a mitigação dos problemas enfrentados pelas pessoas com deficiência. **HUAMBO**
- As infra-estruturas a serem concebidas devem contemplar condições adequadas para serem frequentadas pelas pessoas com deficiências. **HUAMBO**
- A acessibilidade das pessoas com deficiências a vários lugares como escolas, hospitais, salas de teatro assim como a formação profissional ao emprego e não só, deve ser encarada como um direito e cabe ao governo e a Sociedade Civil garantirem esse direito. **HUAMBO**

G. Desafios ao Desenvolvimento

a. Conclusões

b. Recomendações

- Necessidade de se melhorar o saneamento básico bem como a qualidade de água consumida pelas populações, sobre tudo as mais carentes. **UÍGE**
- Necessidade de se promover cada vez mais a sensibilização das populações para cuidar dos bens e património já existentes. **UÍGE**
- Necessidade de se investir mais na formação do próprio homem. **UÍGE**

H. Estratégia Nacional de Segurança Alimentar

a. Conclusões

- Os aspectos como a Colheita, a transformação, o stock, a comercialização e distribuição de produtos devem se ter em conta ao falar-se de segurança alimentar e nutricional **KWANZA SUL**
- A ideia de segurança alimentar não é uniforme uma vez que cada povo tem os seus hábitos e costumes **KWANZA SUL**
- Existe poucas capacidades financeiras, institucionais, técnicas e recursos humanos para fazer face a agricultura familiar e grandes projectos de segurança Alimentar. **KWANZA SUL**

b. Recomendações

I. Participação da Mulher na Vida Pública

a. Conclusões

- Há fraca participação da mulher em várias esferas da nossa sociedade. **MALANJE**
- Que participação deve ser uma conquista e não uma dádiva. **MALANJE**
- A fraca participação deve-se ao baixo nível de escolaridade das mesmas. **MALANJE**
- Há pouca informação sobre a igualdade de género. **MALANJE**
- No meio rural os aspectos culturais ainda contribuem para a fraca participação da mulher na vida da comunidade. **MALANJE**

b. Recomendações

- Que sejam incentivadas as mulheres concorrerem em pé de igualdade com os homens nas mais variadas sectores sociais. **MALANJE**
- Recomenda-se auto capacitação das mulheres face aos novos desafios. **MALANJE**
- As mulheres devem elevar os níveis de escolaridade. **MALANJE**
- Recomenda-se que sejam reforçados os grupos das mulheres, e assegurar o surgimento de outros, de modo a reflectirem os seus problemas. **MALANJE**
- Que as lideranças femininas promovam a participação de outras mulheres. **MALANJE**
- Capacitar as mulheres produtoras. **NAMIBE**
- Fornecer assistência técnica às mulheres produtoras. **NAMIBE**
- Fornecer pequenas ferramentas de trabalho às mulheres rurais. **NAMIBE**
- Organizar sessões de alfabetização para as mulheres adultas. **NAMIBE**
- Sensibilizar a Sociedade n a permanencia no ensino das crianças. **NAMIBE**
- Sensibilizar as comunidades rurais sobre a igualdade de género. **NAMIBE**
- Sensibilizar as comunidades rurais sobre os Direitos Humanos. **NAMIBE**
- Apoiar a participação activa das mulheres na vida das associações. **NAMIBE**
- Envolver a Sociedade Civil na promoção dos Direitos Humanos. **NAMIBE**
- Favorecer o reconhecimento jurídico das associações rurais. **NAMIBE**

J. Trânsito Rodoviário e suas Implicações

a. Conclusões

- Que há elevado número de sinistralidade rodoviária no município, o que constitui a segunda causa de mortalidade no município depois da malária. **MALANJE**
- A insuficiência na sinalização nas principais vias, que tem contribuído para o elevado número de acidentes. **MALANJE**
- A negligência, no respeito escrupuloso do código de estrada, por parte dos automobilistas tem estado na base deste mal **MALANJE**

- Província de Malanje, não dispõe de serviços de emergências médicas, o que tem dificultado no atendimento e manuseamento imediato dos sinistrados **MALANJE**

- Deficientes serviços de ambulância para apoio aos utentes **MALANJE**

b. Recomendações

- A criação de escolas de formação de condutores quer públicas ou privada, para os motoqueiro que exercem actividade de táxi. **MALANJE**
- A fiscalização dos serviços oferecidos das escolas de condução da cidade **MALANJE**
- Intensificação de campanhas de sensibilização, em toda extensão do município, envolvendo, a viação e transito, igrejas, ONGs, associações juvenis e autoridades tradicionais e outras instituições vocacionada. **MALANJE**
- Recomenda-se, a aplicação e actualização de sinais de transito nas principias vias da nossa urbe. **MALANJE**
- Criar com urgência os serviços de emergências médicas. **MALANJE**
- Que seja melhorado os serviços de ambulância. **MALANJE**

K. Política Habitacional do Estado

a. Conclusões

b. Recomendações

- Que o processo de identificação de reservas fundiárias e de requalificação urbana tenha em conta as realidades e as concertações locais. **LUANDA**

L. Mecanismos de Prestação de Contas dos Servidores Públicos

a. Conclusões

b. Recomendações

M. Lei da Probidade Pública

a. Conclusões

- Concluiu se que a Lei da probidade pública tem como objectivo estabelecer as bases e o regime jurídico relativos a moralidade pública e ao respeito pelo património público **MALANJE**
- Constatou se que o agente público pauta se pela observância de valores de boa administração e honestidade no desempenho da sua função. **MALANJE**
- Concluiu-se que a justiça em Angola esta em crise. **MALANJE**
- Que muitos casas de violação de Direitos Humanos, não chegam a justiça, por existir a cultura do medo (retaliação) por parte dos cidadãos **MALANJE**
- Que muitos gestores publico abusam do património e dinheiros públicos **MALANJE**
- Que muitos gestores publico, transcendem competências. Levantam processos disciplinares, suspendem funcionários sem o direito a defesa. **MALANJE**

b. Recomendações

- Recomenda-se aos cidadão, a denunciar todo acto de o enriquecimento fácil dos gestores público. **MALANJE**
- Recomenda-se que a declaração de bens dos estores públicos, deve ser do conhecimento dos cidadãos, e não apenas entre os gestores e o procurador. **MALANJE**
- Que as instituições públicas, publiquem, todos os resultados inerentes aos concursos públicos mesmo daqueles reprovados, de forma a tornar o processo transparente. Malanje

N. Eleições

- Conclusões
- Recomendações

O. Políticas Portuárias

- Conclusões
- Recomendações

P. Educação

- Conclusões
- Recomendações
- Que o ministério da educação encontre mecanismos para dar sequencia aos estudos dos alfabetizando nas zonas rurais; **KWANZA SUL**
- Que o governo ponha em pratica os subsídios de isolamento aos professores destacados nas rurais (longínquas); **KWANZA SUL**
- Que a Ibis promova capacitação no sentido de multiplicar/massificar a sua metodologia de trabalho com as CPEE; **KWANZA SUL**
- Incentivar as famílias e as autoridades governamentais adopção de politica publicas que permita o equilíbrio de género no sistema de ensino. **KUANDO KUBANGO**

Q. Direitos Económicos e Sociais

- Conclusões
- Recomendações

R. Dinâmicas da Sociedade Civil

- Conclusões
- Recomendações

S. Valores morais e Éticos

- Conclusões
- Recomendações
- Que a Sociedade Civil as Igreja, Governo se encontrem com maior ` para a planificação das campanhas de sensibilização sobre os Valores Morais e Éticos para que os angolanos sejam consciencializados e sobre esta matéria. **BIE**
- Que se construía verdadeiramente o futuro risonho da Nação Angolana, É um trabalho que exige muita dedicação e consciência de saber fazer. E como grupo alvo os Adolescentes e Jovens. **BIE**
- Os participantes sugeriram e recomendarem aos educadores para possuírem uma linguagem única na educação das crianças ou filhos, no sentido de melhorar o comportamento negativo dentro da família, na rua, principalmente na escola. **BIE**
- Recomendam a Sociedade Civil, para que junto do governo para criar equipas de educação moral e cívica, para passar a mensagem as comunidades no sentido de saberem os valores morais e éticos. **BIE**
- Que as famílias não proibam os seus filhos a falarem o seu dilecto. **BIE**

T. Questões Estruturantes da Constituição

- Conclusões
- Que a Constituição de Angola é a mais alta linha de orientação da vida do país, e que a mesma apresenta vários princípios estruturantes novos que visam conferir melhores condições de vida e dignidade aos cidadãos; **KWANZA NORTE**
- Que a Constituição respeita e protege a vida e a dignidade da pessoa humana, com instituições que visam garantir para o cidadão todos os seus direitos e liberdades fundamentais; **KWANZA NORTE**
- Por vezes existe uma dificuldade em abordar temas relacionados com a Constituição porque os que a produziram consideram-na como sendo a melhor do mundo, perfeita demais não obstante ter sido violada dois meses depois da sua publicação em Benguela. **LUANDA**
- Lei é um instrumento sério e valioso, no entanto se não haver sinergia para a sua divulgação, a sua aplicabilidade será nula. **LUANDA**
- Recomendações
- Que se realizem seminários, palestras, workshops o outros espaços para divulgar a Constituição da III República aos cidadãos por ser a Lei mãe do País, bem como temas para a elevação da consciência jurídica dos cidadãos; **KWANZA NORTE**
- Deve divulgar-se cada vez mais a Constituição sobretudo em relação aos DESC, direitos económicos, sociais e culturais, bem como aos direitos políticos e civis, junto dos diversos grupos comunitários, para que seja valiosa - não obstante reconhecer-se que a ausência de uma regulamentação por vezes inviabiliza a sua aplicabilidade -, fazendo uso dos canais e meios existentes (rádios, jornais comunitários, panfletos, teatros, palestras temáticas, eventos recreativos, etc.). **LUANDA**
- A Sociedade civil deve exortar a assembleia nacional para traduzir a constituição em línguas nacionais para facilitar a compreensão por todos os angolanos. **LUANDA**

- A Sociedade Civil deve estar atenta e reagir às situações de violações e desrespeito aos direitos consagrados na nossa Constituição, através de pronunciamento público, petições, moção de censura e marchas. **LUANDA**

U. Planos de Urbanização

- Conclusões
- Que o plano de urbanização na Província foi retomado e que já arrancou no Município sede, estando para breve a construção das primeiras casas, e a sua extensão para o resto da Província; **KWANZA NORTE**
- Recomendações

V. Imigração Ilegal

- Conclusões
- Recomendações
- Promover actividades de Lobbying junto do executivo local no sentido de responsabilizar criminalmente todo cidadão ou agente de autoridade que facilite a entrada e permanência ilegal de cidadãos estrangeiros; **ZAIRE**

W. Violência Doméstica

- Conclusões
- O tema Violência doméstica e luta contra o género, foi dito com muita precisão e enumerando vários exemplos concretos que decorram dentro da sociedade e que ajudam as organizações a traçarem seus projectos ou programas de mobilização social das comunidades; **LUNDA SUL**
- Sobre a questão “género”, foi bem clara a informação que, o ser humano nasce como ele é. Nasce mulher ou homem, esta característica não muda com tempo. Mas a questão do género deve ser entendida na vertente socialização. As Mulheres para atingir um papel preponderante devem ser formadas. O status social ganha-se pelo mérito e não pela atribuição. **LUNDA SUL**
- Recomendações
- Advogar que haja Projectos sociais que promovam a auto-suficiência das mulheres como forma de reduzir a violência sexual e doméstica. **KUANDO KUBANGO**
- Incentivar nas mulheres a cultura de denúncia e de diálogo sobre actos de violência e desequilíbrio de género. **KUANDO KUBANGO**
- Que o fórum de género seja realizado periodicamente. **BENGO**
- O Governo deverá incentivar a criação de coligações/redes que ajudam a denunciar casos de violação dos direitos da pessoa humana, ajudando as autoridades competentes no esclarecimento de casos bem identificados e reduzir as questões de suicídio e violência doméstica. **LUNDA SUL**

- Recomendar ao governo que envide esforços no sentido de mobilizar quadros sociais nas áreas, tais como: trabalhadores sociais, Assistentes sócias, sociólogos, psiquiatras, jurista, psicólogos que possam apoiar a actividade das OSC e não só nos seus trabalhos com as comunidades. **LUNDA SUL**

X. Combate à Pobreza

○ Conclusões

- Existem alguns avanços na estabilidade cambial e questão da igualdade do género, realizados pelo governo no âmbito dos ODM mas ainda tem muito para ser feito. **LUANDA**
- Existe debilidades na execução dos programas de combate à pobreza a nível provincial. **BENGO**
- Existe fraco envolvimento de Instituições públicas e privadas na resolução dos problemas de combate á pobreza. **BENGO**
- Não há equidade na distribuição e implementação dos projectos sociais a nível dos municípios e comunas. **BENGO**

○ Recomendações

- Necessidade de garantir o combate à pobreza assegurando que os DESC sejam respeitados para que tenhamos uma sociedade equilibrada. **LUANDA**
- As estratégias de combate à pobreza devem ser elaboradas tendem os pobres como centro das atenções e parte integrante do processo. **LUANDA**
- Que haja maior envolvimento de Instituições públicas e privadas na resolução dos problemas de combate á pobreza. **BENGO**

Y. Organização da Sociedade Civil

○ Conclusões

- Reconhecem que o processo à volta da realização destas dinâmicas tem vindo a marchar e incluir mais pessoas, o que se traduz num bom exercício da cidadania que possa influenciar mudanças significativas na liderança, mas urge a necessidade de melhorar o processo de comunicação e logística. **LUANDA**

○ Recomendações

- A Sociedade Civil deve alargar e diversificar a base de aliados para uma influência efectiva dos seus objectivos. **LUANDA**
- A sociedade civil precisa de fazer uma paragem para reflectir sobre o seu percurso. **LUANDA**
- A Sociedade Civil de Luanda deve traçar planos de intervenção com marcos/ metas concretos, anuais e / bianuais. **LUANDA**

Z. Acesso à Justiça

○ Conclusões

- Há falta de tribunais municipais a nível provincial. **BENGO**
- Recomendações

AA. Micro-Crédito

- Conclusões
- Recomendações

BB. Suicídio

- Conclusões
 - O suicídio é um acto que veio desde os primórdios e é inevitável. O que a sociedade deve fazer é minimizar o problema, ajudando as famílias a sair da pobreza extrema; **LUNDA SUL**
 - Com relação o desemprego no seio da juventude como causa mais apontada, concluiu-se que a sociedade ajuda na formação da juventude. E também devemos ajudar na organização de grupos de trabalho, associações que ajuda a exercerem trabalhos pequenos sem constrangimentos (exemplo: associação de moto táxi); **LUNDA SUL**
 - Concluiu-se que a pessoa que morre vítima de enforcamento (suicídio pessoal), os familiares realizam óbitos condignamente, e o corpo é conservado na morgue a semelhança de quem morre a doença diagnosticada ou vítima de acidente, o que entra em contradição com os preceitos culturais anteriormente observados a este respeito, que o enterro destas pessoas era imediatamente e não se fazia óbitos. **LUNDA SUL**
- Recomendações
 - As OSC deverão ajudar o governo da província no combate as más práticas culturais que atentam contra a vida da pessoa humana, fazendo ligação com autoridades polícias, através da sensibilização familiar, comunitário, etc. **LUNDA SUL**
 - A conferência recomenda que as pessoas que morrem em suicídio devem ser sepultadas no mesmo dia observando assim a cultura e salvaguardando os ressentimentos familiares; **LUNDA SUL**
 - Recomendar as estruturas a fins do Governo que é importante a formação de educadores sociais, psicólogos, sociólogos que ajudar as famílias a ultrapassarem certos traumas advenientes das práticas suicidas; **LUNDA SUL**
- **Outras conclusões:**
- **Outras recomendações:**
 - Que haja maior envolvimento das entidades governamentais nos próximos encontros. **BENGO**
 - Que se crie mais espaços de discussões e apresentação de ideias à vários níveis. **BENGO**
 - Recomendar a participação activa das OSC no sentido de aderirem a Rede para que haja uma melhor coordenação das actividades em prol das nossas comunidades, no que se refere a recuperação de valores morais no seio das famílias; **LUNDA SUL**

- Recomendar as OSC no sentido de elaborar um programa ou projecto conjunto que se destina a trabalhar nos temas específicos da conferência nos próximos anos e que o mesmo seja apresentado ao Governo, empresários, empresas e pessoas singulares que possa financiar-lo; **LUNDA SUL**
- A rede das OSC deverá Organizar um fórum de informação, mobilização e sensibilização das empresas, empresários, pessoas singulares sedeados na província da Lunda Sul no sentido de tomar conhecimento das preocupações e planos das Organizações para contornar a situação dos temas abordados na Conferência Provincial. **LUNDA SUL**
- Recomendar ao Ministério da Educação que se inclua no sistema de ensino e aprendizagem a disciplina de educação religiosa no currículo escolar desde ensino primário até ao nível superior; **LUNDA SUL**
- Continuar a capacitar os Grupos, os actuais actores sociais das Comunidades num exercício consciente da Liderança no respeito da Paz e da Harmonia das Comunidades. **NAMIBE**
- A Sociedade Civil deve trabalhar na busca de metodologias de transmissão de boas praticas, funcional aos seus beneficiários para uma boa execução de projectos. **NAMIBE**

E. Lista de presença

Lista de presenças da IV Conferência Nacional das Organizações da Sociedade Civil, no Huambo de 16 a 17 de Novembro de 2010

Item	Nome	Instituição/ Organização	Provincia	Função	Telefone	Email
1	Abilio Kapingala	Assoc. camponeses	Huambo	Membro		
2	Abilio Sacotingo	CDPA	Luanda	Of.R. capacidades	912600028	aksacotio.cdpa@gmail.com
3	Abilio Valério	NDACH	Benguela	Fiscal	928971470	
4	Abraão Kiakwama	FONGA	Cabinda	Membro	923583843	
5	Abraão kanganjo	ADRA	Benguela	Téc.P. Local	927640491	
6	Adelino Hossi	Sobado	Huambo	Soba		
7	Adélio Vicente Tiago	IMA	Huambo	Professor	923362189	thehaicebtetiago@yahoo.com.br
8	Adriana Mbulica	G. comunitário	Huambo	Perquisadora	922668513	
9	Adriano kalembé	ANEA	Huíla	Secretário	923364745	
10	Adriano Ngolo	INACAD	Huambo	Dinamizador	924568890	
11	Afonso A. Ndumbo	IECA	Huambo	Director do sínodo	923791096	afonsodumbo@yahoo.com.br
12	Afonso Chikukuma	INADEC	Huambo	Chefe de secção	923253766	
13	Afonso Chitumbo	Fé Apostólica	Huambo	Pastor	923624338	
14	Afonso Tchikukuma	INADEC	Huambo	Chefe de secção	923253766	chikukuma@sapo.ao
15	Afonso Tchindumbo	Ig.Fé Apostólica	Huambo	Pastor	923624338	
16	Ailton Correia	I. Católica	Huambo	Escuteiro	936942434	
17	Alberto Domingos Viagem	R.L.C.P.U.L	Luanda		927819913	
18	Alberto Ernesto	Rede DESC	Uíge	Coordenadora	928158173	albertoernesto26@yahoo.com.br
19	Albino Sahungulo	CEMACA	Huambo	Coordenador	924335111	
20	Alex Casimiro Domingos	Rede DESC	Zaire	Secretário	923925117	
21	Alexandre André	D. Formação	Huambo	Professor	926207904	
22	Alexandre Evaristo Albino	DPEA	Huambo	DPEA	923462788	alexe@hotmail.com
23	Alfeu Simatiuka	Rede Pobreza	Luanda	Membro	923550816	alfeu1967@yahoo.com.br
24	Alfredo Kutúbia	AJA	Luanda	Secretário	926731984	
25	Alice Casimiro Sengue	CPI	Zaire	Secretária	923925117	
26	Allan Cain	DW	Luanda	Director	448371	devworks@angonet.org
27	Amadeu F. Sandulo	Assoc. Escuteiro	Bié	Coordenador	928098630	
Item	Nome	Instituição/ Organização	Provincia	Função	Telefone	Email
28	Ambrósio Kiabanza	COFAD	Zaire	Coordenador	924324849	ambrosio76@hotmail.com
29	Américo Tomás	Omunga	Huambo	Membro	927941148	
30	Amilcar P. Kanhimbo	Assoc. Estudantes	Huambo	Membro	923035672	
31	Ana Nambela	AAE	Huambo	CH. I Ciclo	924017016	
32	Ana Nguve	Cooperativa	Huambo	Membro	936906430	
33	Ana Wandy	Cooperativa	Huambo	Membro		
34	Anabela Chilombo	Assoc. Enfermeiros	Huambo	Membro	923748563	
35	André Chilundulo	Ig. Baptista	Huambo	Alfabetizador	926382063	
36	André kivuandinga	Rede pobreza	Lunada	Porta voz	935840408	kivuandinga@hotmail.com
37	Angelino Kasueko	UACC	Huambo	Tesoureiro	921340048	
38	António A. Koyokala	Sobado	Huambo	Soba Adjunto		
39	António B. Hilário	Omunga	Benguela	Activista	Administrador	934580222 luiscata25@yahoo.com.br
40	António Gameiro	Ordem Arquitectos	Luanda	Presidente	923682925	haggameiro@hotmail.com
41	António J. Mussamba	Omunga	Huambo	Alfabetizador	922175929	
42	António Kapalandanda	Voz da América	Benguela	Jornalista	927208891	
43	António Manuel	Jornal de Angola	Huambo	Jornalista		
44	António Pedro	AID	Bengo	Vice Presidente	923603248	
45	António R. Hilário	Omunga	Benguela	Activista	927432563	omunga.ed.hilario@gmail.com
46	António Roberto	Omunga	Benguela	Activista	923432513	omunga.ed.hilario@gmail.com
47	António Sapalo	IMVF	Huambo	Delegado	924682046	asapalo@imvf.org
48	António Soma	COOPIL	K. Kubangé	Director	921165446	soma0032@gmail.com
49	Arão Abel Kangué	INACAD	Huambo	Director	923660213	arao_kangué@yahoo.com.br
50	Armândio dos Santos Kassinda	Núcleo Ass. Nacional	Huambo	Representante	934196306	
51	Artur Pedro	AID	Bengo	Director	923603748	
52	Augusta Jamba	G. comunitário	Huambo	Activista	933795142	
53	Augusto P. Baptista	Adm. Mungo	Huambo	Chefe de secretaria		
54	Beatriz Filipe	Adm. Longonjo	Huambo	Adm. Municipal	926330948	
55	Belchior Tchípala	AADHHBO	Huíla	Coordenador	925081551	belchiorite@gmail.com
56	Bervida Nakulembé	Adm. M. Chicalacholoh	Huambo	Adm. Municipal	923465746	
57	Bernardete Nonjamba Lutucuta	DW	Huambo	Assistente	926627004	bernaslutucuta@gmail.com
58	Boa Ventura Elias	Omunga	Huambo	Alfabetizador	923863081	
59	Carlos F. Bernardo	Cáritas	Malanje	Coordenador	923216806	

Item	Nome	Instituição/ Organização	Província	Função	Telefone	Email
60	Carlos Segunda	DW	Huambo	Ass. Administrativo	924352479	
61	Cecília Campos	JUPV	Huambo	PCA		
62	Celestina F. Mukaia	IEBA	Uíge	Diaconiza	923736054	
63	Celestina Jamba	Assoc. Escuteiro	Huambo	Membro		
64	César Joaquim	Cospe	Namibe	Coordenador	924856691	
65	Cezaltina Abreu	IBIS	Luanda	Coord. Programa	928356808	tinaabreu@hotmail.com
66	Clementina Melita	Ig. Católica	Huambo	Corista	929969541	
67	Conceição Canene	GLIF	K. Sul	Formadora	923833980	
68	Conceição dos Santos	GLIF	K. Sul	Formadora	923833980	
69	Cristiano Luis	NRA	Benguela	Presidente	928913873	
70	Dala Soneka	UNDSCA	L. Sul	Secretário	928405744	jeandaloseneca@yahoo.fr
71	Daniel António	Assoc. Taxistas	Huambo	Administrativo	924637870	
72	Daniel M.I. Pio	ADESPOV	Huambo	Assistente	936891156	
73	Daniel Martinho	DW/ONDAKA	Huambo	Coordenador	924719168	dany_nondolo@yahoo.com.br
74	Daniel Matetele Fernando	IASD- Desbarvador	Uíge	Director	935759138	dematetele@hotmail
75	Deolinda C. Cussumala	ADC	K. Kubango	Membro	929821191	
76	Dias Lomba	ASSAT	Uíge	Soba	926276265	
77	Dinis Sachetali	Soba	Huambo	Soba		
78	Domingas Jamba Piriquito	Prom. Mulher	Huambo	Chefe de secção	934175002	
79	Domingas Josefina Kangilo	SOL	Huambo		923066747	
80	Domingos J. Kahiata	ODA/Longa	K. Kubango	Secretário	936929532	
81	Domingos Jeovete	DG Audiovisual	Luanda	Camaramen	933538182	realizadorovel@hotmail.com
82	Domingos João Kapiata	ODA	K. Kubango	Secretário	936929535	
83	Edna A. Gonsalves	Ochimumga	Huambo	Secretária Geral	935437014	ednacy4@yahoo.com.br
84	Edna Vagcer	Handicap internaciona	Luanda	Directora	928307097	
85	Eduardo Kanganjo	ASADEF	Huambo	Coordenador	926624516	
86	Eduardo Magalhães	AJD	Bengo	Activista	926768537	
87	Eduardo Wima	DW	Huambo	Assis. Logístico	926625696	
88	Eduardo Kanganjo	ASADEF	Huambo	Coordenador	926624316	chikukuma@sapo.ao
89	Elizabeth Mateus Fio	Oktiuka	Huambo	Convidada		
90	Emiliano Lunjala	RPCA	Huíla	Coord. Adjunto	924047148	
91	Esperança Beth	INACAD	Huambo	Assis. Finanças	928461356	esparacabeth@yahoo.com.br
Item	Nome	Instituição/ Organização	Província	Função	Telefone	Email
92	Esperança Calei Albino	IECA	Bié	Directora	933901908	
93	Estevão Saconjo	ADRA	Huambo	Coordenador do SAN	923914949	esaconjo@yahoo.com.br
94	Estevão Severino	Aut. Tradicional	Huambo	Soba		
95	Estevão Tchitungo	Ig. Fé Apostólica	Huambo	Secretário		
96	Esva Van Goor	Handicap internaciona	Luanda	Director	928307897	nilo.org@gmail.com
97	Eugénio Mbapolo Albino	ASBC	K. Sul	Membro	923704541	
98	Eusébio António	ADRA	Benguela	Motorista	923984214	
99	Evaristo Magalhães	AJD	Bengo	Activista	926968537	
100	Faustina Chob	Omunga	Huambo	Alfabetizadora	936774594	
101	Faustino de Jesus	Jornal Expresso	Huambo	Jornalista	923863727	djdun13@yahoo.com
102	Faustino A. Manuel	IDF	Huambo	Chefe Divisão Florest	924015734	
103	Fern Teodoro	W. Learning	Luanda	Directora	912221219	fernteodoro@gmail.com
104	Fernando S. C. Santos	ADRA	Malanje	IDC	925168343	fernando5702@hotmail.com
105	Fernando dos Santos Katchipato	DPE	Huambo	Chefe de secção	923365865	keindino4all@yahoo.com.br
106	Filipe C. Wima	IELA	Huambo	Pastor distrital	927940625	filipewima@yahoo.com.br
107	Florinda Evaristo	Omunga	Huambo	Alfabetizadora	929851435	
108	Florinda Rogério		Huambo		93750093	
109	Florindo Rogério	ADESPOV	Huambo	Assistente	936891156	
110	Francisca Nice	PGR	Huambo	Adj. Escrivão	924719626	
111	Francisco Epanga	AJAKN	K. Norte	Membro	915530950	
112	Francisco F. Janga	AJA.KN	K. Norte	Membro	915530950	
113	Francisco Pedro	Rede DESC	Zaire	Coordenador	923393926	
114	Francisco Pedro	Rede DESC	Zaire	Coord. Geral	923393076	chicopedro@hotmail.com
115	Francisco Pedro	REDE-DESC	Zaire	Coordenador		
116	Francisco Xavier	Soba	Huambo	Soba		
117	Gabriel B. A. Ventura	AAEA	K. Sul	Técnico Pedagógico	923360955	gabrielventura@yahoo.com.br
118	Geraldo Basilua	Rede Urb. Pobreza	Luanda	Membros	923729800	geraldobasilua@yahoo.com.fr
119	Geraldo Sandele	Soba	Huambo	Soba		
120	Graciana Mbongo	Alfabetização	Huambo	Supervisora	924017454	
121	Guxna Gerard	CARE/LUPP	Luanda	Acessora	923682868	
122	Hans Curchsf	UNICEF	Luanda	Chefe Estudos Sociais	912653018	
123	Helena Amebade	MUSOL.Proj.San	Luanda	Assis. Técnico	929782355	angola.san@musol.org

Item	Nome	Instituição/ Organização	Provincia	Função	Telefone	Email
124	Helga Simão	DW	Luanda	Oficial de pesquisa	923685713	sofiahelga@gmail.com
125	Hélio A. Nznje	CEJP- CEAST	Luanda	Analista económico	923247427	analista.ie@gmail.com
126	Henriques S. Chingui	FAE	Huambo	Adm. Finanças	924387475	sanguevehenrique@yahoo.com.br
127	Hermenegilda Santos	INACAD	Huambo			
128	Honoré Cassinda	Projecto Elisa	Huambo	Ofic. Projecto	923358730	honorecassinda@yahoo.com.br
129	Horácio Eyambo	IMA	Huambo	Téc.agrónomo	925451996	
130	Horácio Lutherking	MAPESS	Huambo	Chefe Departamento	923266739	
131	Horácio Sakandumbo	MAPESS	Huambo	Chefe de departamei	923266739	
132	Idalina Beatriz	Gigí e filhos	Huambo	Gestora	923631375	idalina_gigi@hotmail.com
133	Inácio Gil Tomás	ADRA	Benguela	Rep. Projectos	924595382	gil.adra@yahoo.com.br
134	Iracelma Sola AAS	AAS	Malanje	Coordenadora	927104425	
135	Isaac Kapusso David	IECA	Huambo	V.S. Provincial	922773282	
136	Isaac Van Cauwenberg	save the Children	Huambo	Gestor PDM	923623499	pdmchicalacholohanga@gmail.co
137	Isabel Clementina Domingos	N. E K.Kiayi	Luanda	Secretária Executiva	912691326	
138	Isabel Jepele	Cooperativa	Huambo	Membro		
139	Isaías Cape	Omunga	Huambo	Dinamizador	914500409	
140	Ivo Chipindo	Handicap internaciona	Huambo	Assist. Projecto	923714365	pedrochipindo@yahoo.com.br
141	Izequiel Massua	CVA	L. Sul	Secretário	934743158	
142	Jacinto C. Lumingo	SINPTENU	K. Kubang	Secretário Adj.	924370115	
143	Jacinton Quessongo	Omunga	Huambo	Alfabetizador	927360418	domingos@yahoo.com.br
144	Jaime Antunes	CODESPA	Huambo	Téc. Prof	9334666612	jmunez@codespa.org
145	João Baptista	Assoc. Estudantes	Huambo	Membro		
146	João Domingos Sijito	APN	Luanda	Staff sénior	923044804	apa.org.joao@netcabo.ao.co
147	João dos Santos	AJD	Bengo	Soba	927418086	
148	João G. Neto	AMAR	Bié	Secretário	924001030	netojoao@yahoo.com.br
149	João Kataleko	NALP	Benguela	Presidente	921149648	
150	João Mariano L. Matias	APA	Zaire	Membro	927773401	yanilsen@hotmail.com
151	João Pedro Lung	FONGA	Cabinda	Membro	921220401	
152	Joaquim Cabral	Religioso	Huambo	Pastor	925115375	
153	Joaquim Gabriel	Ig. 7º. Dia	Huambo	Pastor	925151375	
154	Jorge Trulla	UNICEF	Luanda	PS		jorge_trulla@hotmail.com
155	José António Vanderquel	SINPTENU	K. Kubang	Secretário	923350929	
Item	Nome	Instituição/ Organização	Provincia	Função	Telefone	Email
156	José Domingos António	Amotrang	Huambo	Delegado	935866447	josedomingos_24@yahoo.com.br
157	José Gavino	IECA	Namibe	Secretário	924256412	
158	José kamaçia	FONGA	Cabinda	Representante		
159	José Kapuka Luanda	OISC	Huambo	Representante	924191576	
160	José Lufendo	Brigada jornalística	Benguela	Jornalista	923391022	joselufendo@yahoo.com.br
161	José Macaia	FONGA	Cabinda	Rep.Organização	915657674	
162	José Makaia	FONGA	Cabinda	Representante	915657674	
163	José Maria	OSCB	Huambo	Dinamizador	922175929	josemaria@yahoo.com.br
164	José Maria Katiavala	ADRA	Huambo	Director de projectos	925221716	jumariakatiavcala@yahoo.com.br
165	José Patrocínio	Omunga	Benguela		917212135	
166	José Puco	Rede Cacucaco	Luanda	Coordenador	923610298	itoco83@yahoo.com.br
167	José Tiago	Rede Cacucaco	Luanda	Coordenador executi	923418020	carlacoelho2010@hotmail
168	José Wrocan	AJA	Benguela	Coordenador	917212131	
169	José Xavier	Omunga	Huambo	Alfabetizador	926542419	
170	José Zongui		Luanda		933887129	sanguizongui@yahoo.com.br
171	Juarez Manico	Ecovisão	Huambo	Ambientalista	923776426	
172	Julião Agostinho	ADESPOV	Huambo	Director	927536463	adespov@yahoo.com.br
173	Justino Dias Wanda	G. comunitário	Huambo	Coord. Adjunto	924132263	
174	Laurindo Samunga	LUPP	Luanda	Oficial	923582806	
175	Lenor Comboio	Colegio escolar	Huambo	Directora	925683571	leonorc.@yahoo.com.br
176	Lisa Angeli	COSPE	Namibe	Téc. Campo	937183225	lisamuchita@gmail.com
177	Lucas Nhamba	Faculdade de Medicina		Vice Decano	923624265	nahambahi@yahoo.com.br
178	Lucas Pedro Bicas	ACHA	Benguela	Secretário	924361497	lucabias@gmail.com
179	Luciano Cangunja	UACC	Huambo	Vice Representante	924899104	
180	Luciano Chimuco	Cap E Cunha	Huambo	Vice Presidente	934773151	
181	Luciano Estevão Tchitungo	Ofracristã	Huambo	Secretário	926389791	
182	Luís Esakelo Kata	OHI	Benguela	Administrador	934580222	luiskata25@yahoo.com.br
183	Luís Quintas Xavier	LARDFEF	Huambo	Coord. Provincial	923824012	luisquintasxavier@yahoo.com.br
184	Luísa Lemos	save the Children	Huambo	SDC	925875512	luisalemos@75yahoo.com
185	Luvemba Chissala Albino	Fé Apostólica	Huambo	Pastor	929172012	
186	Manuel André	APA	K. Norte	Coordenador	913596040	
187	Manuel Cualela Gomes	E. Learning	Luanda	Assist. Programa	923454391	cualela@hotmail.com

Item	Nome	Instituição/ Organização	Província	Função	Telefone	Email
188	Manuel de Sousa Paím	APDC	Malanje	Coordenador	923713279	
189	Manuel Isaias Bitter	OHI	Benguela	Delegado	922981957	
190	Manuel Nazaré	APA	K.Norte	Coordenador	913596046	
191	Manuel de Sousa Luís	APDC	Malanje	Coordenador	923713279	
192	Marcelina Jambela	IECA	Huambo	Secretária		
193	Marcelino Brinco Albino	CDPA	Luanda	Coordenador	923468555	cdpacom11@gmail.com
194	Marcia José Mateus	APDCH- LUPP	Luanda	Membro	926744451	
195	Marcial Ismas Biltis	OHI	Benguela	Activista	922981957	
196	Marcos Vam Kembe	UNAP	Huambo	Artista Plástico	923935884	vankembem@yahoo.com
197	Maria Chipapa	Assoc. Estudantes	Huambo	Membro		
198	Maria da Conceição F. Cachipato	Adm. Caála	Huambo	Chefe de secção	924122341	
199	Maria de La-salette	ADRA	Huambo	Directora	923467973	salymorg@yahoo.com.br
200	Maria Imaculada Balombo	MINARS	Huambo	Chefe de secção	923246999	
201	Maria Joana	I. Católica	Huambo	Escuteira		
202	Maria José Mateus	Assoc. Estudantes	Huambo	Membro		
203	Maria Luisa Z. Vicente	APDCHZUPP	Luanda	Membro	926744451	
204	Maria Velado Golveia	AFC	Malanje	Administradora	923681406	
205	Mário J. Tchilika	IEPAUR	Malanje	Técnica	916176479	maria.velado@iepala.es
206	Martins Joaquim	CISAD	Huambo	Director	923355518	mariochipilika30@yahoo.com.br
207	Mary Beth Stryker	DW	Luanda	Motorista	922252435	
208	Mary Tare Berde	CRS	Benguela	Gestora	923328809	motryker@ao.saro.crs.org
209	Mary Teresa McBride	TROCAIRE				
210	Mateus Nhanga	TROCAIRE	Luanda	Of. programa	928338626	
211	Mateus NhangaCañgma Njele	Plataforma	Cabinda	Presidente		
212	Mbuta Pascoal	DW	Huambo	Assis. Finanças	924834293	mateusnjele@hotmail.com
213	Miguel José	APOCH	Luanda		923521276	
214	Miguel Kassule	DW	Luanda	Motorista	923953323	
215	Moco Polo	V. Mundial	Huambo	Gestoe Projectos	922403750	miguelkassule@yahoo.com
216	Moisés Festo	Rede Cacucaco	Luanda	Coordenador	923610298	jtocc3@yahoo.com.br
217	Natália Mutula	DW	Huambo	Coordenador	923371889	festo.devwork@angonet.org
218	Nayole Araújo	ADSCA	Lunda sul	secretária	924071565	
219	Nelito Saraiva	ADRA	Huambo	Coord. Microcrédito		
Item	Nome	Instituição/ Organização	Província	Função	Telefone	Email
220	Nlando Magalhães	FORTC	L. Sul	Director	929728446	fmtclena@yahoo.com.br
221	Núria Garriga Lavina	MUSOL	Huambo	Coordenadora	926768537	angola.coordination@musol.org
222	Olga Jamba	AFD	Bengo	Activista	922224805	
223	Oswaldo Abel	Associa estudantes	Huambo	Estudante		osvaldosampai@yahoo.com.br
224	Oswaldo Fontes Eduardo	Omunga	Huambo	Coordenador	925869001	oomunga@yahoo.com.br
225	Pacheco Ilinga	DW	Huíla	Secretário	923444289	pesquisa.dwang@angonet.org
226	Pedro Aragão	ASPALSIDA	Huíla	Rep. Provincial	929149533	
227	Pedro Francisco	ADRA	Benguela	Técnico de crédito	922215786	gotacango@live.com.pt
228	Pedro Tcissingui	IACR	Luanda	Membro	924024726	
229	Quintino T. Kanepa	IACV	Luanda	Membro	924024726	
230	Rafael Nlandu	Adm. Chinjenji	Huambo	Adm. Mun. Adj.	923847514	
231	Raimundo Mbumba	APJC	Zaire	Secretário	926950071	
232	Renato N. Sakwenda	Ig. Fé Apostólica	Huambo	Secretário	934826783	
233	Roberto C. Paulo	Rede PVVS	Huambo	Coordenador	929920572	
234	Rosa Firmino	GACAMC	Huambo	Chefe de secção	928510468	
235	Rosa Tchokombando	ASCA	Huambo	Secretária	922072600	rosafirmino04@yahoo.com.br
236	Rosalina Fragoso	SPAAEA	Huambo	Professora	924042573	
237	Samuel Carvalho	AMAR	Bié	Coordenador	924393467	fragoso67@yahoo.com.br
238	Sebastião Capapelo	ADC	Namibe	Of. programa	924110627	samylson27@yahoo.com.br
239	Sebastião Jerónimo	ANDA	Huambo	Presidente	924353448	sebastiaokapapelo@yahoo.com.br
240	Sebastião Kapapelo	AES	Malanje	Membro	935891678	
241	Sebastião M. S. Jerónimo	ANDA	Huambo	Presidente	924353448	sebastiaokapapelo@yahoo.com.br
242	Serafim N. Sabino	AES	Malanje	Membro	935891668	
243	Silvino Muzumba	Assoc. Estudantes	Huambo	Membro	926751499	
244	Silvino Sahungulo	LAKDES	Luanda	Director Executivo	923346714	silvanomazunda@yahoo.com.br
245	Simão C. Vicente					
246	Similia S. Rufino	IECA	Bié	Pastor	923229432	
247	Sónia Ferreira	Promaica	Huambo	Membro	928852715	
248	Suzana Geraldo	Okutiuka	Huambo	Coord. Geral	923940391	sonleonina@hotmail.com
249	Sylvia Croere	LUPP	Luanda	Of. programa		
250	Tiago Valente Cruz	COMULPA	Luanda		924282971	senoese@hotmail.com
251	Tirzi Ketty	Associação	Malanje	Membro	924945882	

Item	Nome	Instituição/ Organização	Província	Função	Telefone	Email		
252	Tomás Benvindo António	PAANE	Luanda	Coordenadora	926777455			
253	Valeriano Cinco -Reis		K. Norte	Coordenador	915529499			
254	Vidal Messele Daniel	UNTA	Huambo	Secretário	925858097	cincoreis@hotmail.com		
255	Wiken Flones	Sobado	Huambo	Soba				
256	Xavier Buki Capila	Okutiuka	Huambo	Voluntário	926898051	wilkerfx@hotmail.com		
257	Zacarias Muenho	ADCM	Moxico	Coordenador	923649793	xaviercapilaadem@yahoo.com.br		
258	Zeferino Pedro	INACAD	Huambo	Dinamizador				